

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Eduardo Lopes Cabral Maia

Orientador: Profº Yan de Souza Carreirão

Religião e Política: o fenômeno evangélico

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial
para a obtenção do título de
mestre.

Florianópolis, Julho de 2006.

Religião e Política: o fenômeno evangélico

Resumo

Este trabalho tem por objetivo realizar um mapeamento do processo que envolve a relação entre religião e política no Brasil nas últimas décadas. Para tal, buscou-se apresentar uma análise dos diversos momentos e fatores atuantes nesta relação, principalmente no que se refere à inserção dos evangélicos na política.

O comportamento eleitoral dos fiéis/eleitores; o desenvolvimento e organização das igrejas evangélicas ao longo da história; as modificações sociais e políticas, além das características estruturais da sociedade brasileira; o comportamento político dos representantes evangélicos, entre outros, atuam diretamente neste processo que desperta, inevitavelmente, uma discussão mais profunda sobre a própria noção de secularização e sobre a atual configuração política nacional.

A política brasileira apresenta, atualmente, a opção religiosa como variável cada vez mais importante tanto nos pleitos eleitorais, quanto na atuação legislativa propriamente dita. O que está sendo, aqui, proposto é uma análise desta relação entre religião e política de modo a contribuir para com a reflexão sociológica sobre a atual conjuntura social e política brasileira.

Palavras-chave: Comportamento Político, Comportamento Eleitoral, Evangélicos.

Abstract

This work has for objective builds a map of the process that involves the relationship between religion and politics in Brazil in the last decades. For such, it presents an analysis of the various moments and factors that take action in this relationship, mainly what refers to the insertion of the evangelical groups in politics.

The electoral behaviour of the faithful/voter; the development and organization of the evangelicals churches throughout history; the social and political modifications, beyond the structural characteristic of the Brazilian society; the political behaviour of the evangelical representatives, among others, act directly in this process that awakes, inevitably, a profounder discussion on the proper notion of secularization and on the present national political configuration.

The Brazilian politics presents, currently, the religious option as variable each more important, as many in the election campaigns as in the legislative performance properly said. What is being proposed here is an analysis of the relationship between religion and politics in order to contribute to the sociological reflection on the present social and political Brazilian conjuncture.

Keywords: Political Behaviour, Electoral Behaviour, Evangelicals.

Agradecimentos

Acima de tudo à minha família. Meu pai (Napoleão), pelo carinho e amizade que nunca me deixou faltar. Minha mãe (Angela), sempre presente, mãe em tempo integral, minha grande amiga e parceira, cuja colaboração foi bastante importante para o acesso a dados fundamentais a esta dissertação. Minha avó (Rosa), divina e graciosa, minha alegria e minha força. Meu irmão, o pai da Luana. Minha madrinha, minhas tias e primos, a quem espero para mais um “big brother”.

À Morgana Boiaski, namorada, amiga, companheira e enfermeira. Doce e intensa, divertida e bela. Arnaldo e Marion Boiaski, grandes amigos e exemplo de virtude.

Aos queridos amigos do PPGSP, em especial Marcelo (o Simões) e Silvana (a siu-siu). Aos “Patotas”, em cujo delírio todos continuam acreditando (é fogo maestro). Aos meus amigos “brasilienses” de longa data: Jorginho, Guiverme, Penalty, Paulista, Odélio, Thiago, Rodrigo e Aparelho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que forneceu, sem exceção, todas as condições necessárias para a realização desta pesquisa.

Aos professores do PPGSP.

Às queridas e prestativas Albertina e Fátima.

Ao orientador Yan Carreirão, pela dedicação. Fundamental em todo o processo desta dissertação e cujas colaborações teóricas, práticas e conceituais são inestimáveis.

À professora e eterna orientadora Rita Segato, pelos ensinamentos e diálogos virtuais repletos de estímulos ao crescimento intelectual e à reflexão.

Ao NECON (Núcleo de Estudos sobre o Congresso), pelos dados essenciais que gentilmente forneceram. E a Márcio G. Vilarouca, pela generosidade que demonstrou auxiliando esta pesquisa.

Aos deputados federais Adelor Vieira e Pastor Pedro Ribeiro, pela disponibilidade e por suas cruciais colaborações. E às suas respectivas assessorias parlamentares, competentes e sempre solícitas.

À assessora parlamentar e amiga de família, Lúcia França, que possibilitou o acesso a importantes dados da Câmara dos Deputados.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo auxílio que permitiu a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Conceitos Fundamentais.....	4
1.1. Religião, Sagrado e Profano.....	4
1.2. Espaço Sagrado.....	8
1.3. Secularização.....	11
2. Breve Histórico dos Protestantes.....	15
2.1. Surgimento.....	15
2.2. Pentecostalismo.....	18
2.3. Protestantismo no Brasil.....	20
3. Evangélicos e Inserção na Política.....	30
3.1. A Institucionalização Partidária no Brasil.....	31
3.2. A Mediação entre Sociedade e Estado.....	36
3.3. Organização das Igrejas Evangélicas e Atuação Política.....	38
3.4. Comportamento Eleitoral e a Transformação de Fé em Votos.....	43
4. A Frente Parlamentar Evangélica.....	52
4.1. Da Bancada à Frente Parlamentar Evangélica.....	52
4.2. Definição e Finalidade da Frente Parlamentar Evangélica.....	53
4.3. Organização e Atuação da Frente Parlamentar Evangélica.....	55
4.4. Comportamento Político: Voto do Partido ou Voto da Frente?.....	62
Conclusões.....	76
Listas e Abreviaturas.....	80
Bibliografia.....	96

Introdução

Nas últimas décadas vem crescendo consideravelmente a preocupação de estudiosos com a nova configuração política brasileira e, mais precisamente, com a atuação de segmentos religiosos no espaço político. Dentre esses segmentos religiosos, o que vem apresentando maior inserção no espaço político é, visivelmente, o protestantismo.

A atuação das Igrejas evangélicas, através de sua bancada no Congresso Nacional, vem se constituindo como uma nova variável dentro do jogo político brasileiro. Desde a constituinte de 1986 os evangélicos possuem uma bancada na Câmara dos Deputados e a partir de 2003 esta bancada transformou-se na Frente Parlamentar Evangélica, contando inicialmente com 58 deputados federais e 3 senadores da República.

O que este trabalho pretende realizar é uma análise, e posterior reflexão sociológica, a respeito do processo que envolve a relação entre evangélicos e política no Brasil. Para tal, foi realizada considerável pesquisa bibliográfica, além de análise de material de campanha dos candidatos evangélicos, entrevistas com deputados federais membros da Frente Parlamentar Evangélica e organização de dados referentes às apresentações de propostas, discursos e votações nominais na Câmara dos Deputados. Desta forma, procurou-se criar um quadro que permita a visualização do processo que envolve evangélicos e política, além de auxiliar na compreensão da atual configuração política brasileira.

No primeiro capítulo deste trabalho, procurou-se realizar uma discussão acerca de conceitos considerados fundamentais para a temática em questão. Tal discussão tem por objetivo definir e explicitar o modo como estes importantes conceitos serão entendidos no decorrer do trabalho. Primeiramente, é apresentado o conceito de *religião*. A definição do conceito *religião* é importante para que se compreenda de que modo os protestantes podem ser definidos como grupos religiosos, ao invés da denominação utilizada por muitos estudiosos que os identificam apenas como seitas, reduzindo, assim, o alcance compreensivo a respeito da mobilização e organização dos evangélicos. Fundamentalmente ligados ao conceito de *religião* surgem os conceitos de *sagrado* e *profano*. A partir desses dois conceitos é possível compreender a definição de *religião* e o modo como o pensamento religioso se estrutura em indivíduos religiosos e influencia seu modo de proceder. Outro conceito importante neste trabalho é o de *espaço sagrado*. Este conceito

permite compreender de que forma os indivíduos religiosos relacionam-se com o espaço à sua volta e de que modo é possível entender um processo de sacralização de determinado espaço. Neste caso, a noção de sacralização de um espaço será útil dentro da análise da atuação dos deputados evangélicos no espaço político. Finalmente, será discutida a noção de *secularização*. Ao se discutir a relação entre religião e Estado na modernidade o conceito de *secularização* surge com especial vigor, seja para confirmar a separação entre as duas instituições, seja para propor uma reflexão a respeito das novas configurações dos Estados modernos.

No segundo capítulo é apresentada uma análise histórica do Protestantismo. Tal análise procura traçar uma linha analítica que vai desde o surgimento do protestantismo na Europa até as diversas denominações atuais existentes no Brasil. A intenção desta análise é situar os processos que levaram às atuais configurações das religiões protestantes, mapeando, assim, o desenvolvimento e a fragmentação dos movimentos evangélicos. Ainda, procurou-se, neste capítulo, demonstrar as alterações por que passaram as igrejas evangélicas em virtude das mudanças sociais e políticas ocorridas principalmente na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

No terceiro capítulo é apresentada uma discussão a respeito da inserção dos evangélicos na política brasileira. Partindo da idéia de que diversos fatores atuaram permitindo e estimulando esta inserção, procurou-se identificar as modificações ocorridas na sociedade brasileira e na própria organização das igrejas evangélicas. Este trabalho propõe a hipótese segundo a qual fatores históricos, estruturais, políticos e sociais atuaram sobre a relação entre evangélicos e Estado. A baixa institucionalização partidária, a sub-representação das camadas mais pobres da população junto ao Estado, a reduzida atuação do Estado sobre essas camadas baixas, além da fragmentação social característica de uma situação de radicalização da modernidade; unem-se a uma nova atitude dos evangélicos diante da noção de organização capitalista e das questões políticas e sociais. A atuação conjunta destes fatores, entre outros, criou, segundo a tese defendida neste trabalho, uma situação propícia à inserção dos evangélicos na política.

O quarto capítulo procurou analisar a atuação da Frente Parlamentar Evangélica dentro da Câmara dos Deputados, tratando do comportamento político dos evangélicos propriamente dito. Realizou-se, com base em entrevistas concedidas por membros da

Frente Parlamentar e em dados coletados junto à Câmara dos Deputados, uma análise da Frente Parlamentar Evangélica, das propostas e votações de seus membros, além de uma reflexão sobre o tipo de atuação dessa mesma Frente Parlamentar.

Por fim, são apresentadas as conclusões realizadas com base nas reflexões sociológicas e nos estudos empíricos presentes neste trabalho.

1. Conceitos Fundamentais

1.1. Religião, Sagrado e Profano

Dentro das Ciências Sociais, como já é sabido, há uma infinidade de interpretações referentes aos mais diversos conceitos. O que se pretende nesta seção é apresentar uma breve análise de modo a explicitar a forma como alguns conceitos importantes serão tratados durante o presente trabalho.

Como o foco deste trabalho está voltado para a relação entre evangélicos e política, serão discutidos, aqui, os conceitos de religião, de sagrado e profano, de espaço sagrado e de secularização. O modo pelo qual serão entendidos outros conceitos importantes – tais como religião protestante tradicional, pentecostal e neopentecostal; esferas pública e privada; institucionalização partidária e modernidade – será apresentado em outras seções deste trabalho.

Sem perder de vista as discussões a respeito da conceitualização de religião, e sua respectiva confusão com a noção de seita, será adotada neste trabalho a definição estabelecida por Durkheim em *As formas Elementares da Vida Religiosa* (2000), segundo a qual “uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas” (2000:32). Este sistema solidário definido por Durkheim posiciona os conceitos de sagrado e profano no centro da discussão a respeito da noção de religião. As religiões, de acordo com Durkheim, referem-se diretamente ao sagrado. Pode haver religiões sem deuses, como no clássico exemplo do budismo, mas não há religiões sem o sagrado e sem um sistema solidário de práticas e crenças referentes a este sagrado.

A respeito das noções de sagrado e de profano, Durkheim escreve:

Não existe na história do pensamento humano um outro exemplo de duas categorias de coisas tão profundamente diferenciadas, tão radicalmente opostas uma à outra. (...) o sagrado e o profano foram sempre e em toda parte concebidos pelo espírito humano como gêneros separados, como dois mundos entre os quais nada existe em comum. (Durkheim, 2000:23).

Se há duas categorias fundamentais no estudo das religiões, essas categorias são o sagrado e o profano. Todas as religiões conhecidas possuem essa distinção e é a relação

entre esses dois mundos absolutamente distintos que elas procuram administrar (Caillois, 1985:20).

A concepção do mundo, de acordo com importantes autores (Berger, 1985; Caillois, 1985; Durkheim, 2000; Eliade, 1996; Geertz, 1989), por parte do homem religioso, baseia-se na relação entre sagrado e profano. O mundo profano seria o mundo comum da existência humana, onde o indivíduo pode atuar com comodidade e segurança (Caillois, 1985:58), o mundo natural (Eliade, 1996:17), o mundo em que as atitudes estão sujeitas apenas a uma ordem real, natural, é um mundo cognoscível, não transcendente (Durkheim 2000:22).

Já o mundo sagrado implicaria uma outra ordem de coisas, uma ordem sobrenatural, transcendente, perigosa, proibida (Caillois, 1985:25). Ou, segundo Berger:

O sagrado é apreendido como algo que ‘salta para fora’ das rotinas normais do dia a dia, como algo de extraordinário e potencialmente perigoso, (...). O homem enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa, distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem, dotada de significado. (Berger, 1985:39).

O sagrado ordenaria a vida do homem religioso no mundo profano, um mundo sem referências, amorfo (Eliade, 1996:25). Essa falta de referências seria, portanto, o caos. O sagrado surgiria para situar o homem religioso em meio ao caos. É o sagrado que atribui significados à vida no mundo profano. Segundo Geertz (1989), é o conjunto dos símbolos sagrados que ordena a vida dos seres humanos dentro do caos em que vivem; tais símbolos formulam uma congruência que dá significado à existência humana. O sagrado apresentaria ao ser humano uma explicação sobre como o mundo é e porque determinadas situações ocorrem em sua vida. Mesmo que determinada religião não apresente uma explicação clara e específica sobre algum evento ocorrido na vida do indivíduo, a idéia, presente na religião, de que existe uma ordem sagrada que ordena e explica tais eventos, mas que é restrita e perigosa, pode gerar uma situação de lógica cósmica, de significância que, mesmo não podendo ser totalmente apreendida devido ao caráter restrito do sagrado, situa o indivíduo dentro do caos do mundo profano.

A oposição entre esses dois mundos não impede, entretanto, uma comunicação entre eles. Na verdade é essa comunicação que permite ao indivíduo a percepção do mundo

sagrado e a ordenação de sua existência em meio ao caos do mundo profano. O sagrado se manifesta de várias formas no mundo profano; sobre estas manifestações Eliade (1996:17) escreve: “*Encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo de ‘ordem diferente’ – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte do nosso mundo natural, profano.*”

Essas manifestações do sagrado no mundo profano são denominadas, por Eliade (1996:17), “*hierofanias*”. Tudo no mundo profano pode servir como manifestação do sagrado. Objetos naturais ou artificiais, indivíduos, espaços, tempo, etc..

Quando o indivíduo percebe uma manifestação do sagrado, onde quer que seja, o sujeito dessa manifestação passa a obter imediatamente um *status* diferenciado. Segundo o que Caillois escreve sobre o sagrado: “*nada há que não possa tornar-se sua sede e revestir assim aos olhos do indivíduo ou da coletividade um prestígio sem igual*”.(1985:20).

Os objetos consagrados, por exemplo, não possuem nada em sua estrutura física que o diferencie de qualquer outro objeto do mesmo tipo¹. Porém, embora não seja percebida fisicamente, a potência do sagrado está presente no objeto e desperta o temor e a adoração do homem religioso. São vários os exemplos de coisas sagradas no mundo profano. As igrejas e templos são espaços sagrados; o santo sudário é um objeto consagrado para a igreja católica; a sexta-feira é um dia (tempo) sagrado para os muçulmanos; a vaca é um animal sagrado para os hindus, etc. (Eliade, 1996). “*A pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque são hierofanias, porque ‘revelam’ algo que já não é nem pedra, nem árvore, mas o sagrado*”. (Eliade, 1996:18).

Ora, uma pedra sagrada, geralmente, não possui nada, em sua composição, que a diferencie de uma outra pedra qualquer. Um indivíduo que não compartilhe da mesma crença da pessoa que percebe naquela pedra uma manifestação do sagrado, provavelmente verá a pedra e a confundirá com todas as outras do mesmo tipo, porém aquela pedra é absolutamente diferente das outras para o indivíduo que a vê como objeto sagrado. A hóstia sagrada dos católicos não inspira, possivelmente, em um hindu nada além de simples

¹ Há casos em que há alterações na estrutura física de um objeto e é justamente essa alteração que torna o objeto sagrado, pois ele se revelou diferente, fisicamente, dos outros e essa revelação foi interpretada como uma manifestação do sagrado. Porém, na maioria das vezes, não há uma alteração na estrutura física do objeto que torna-se sagrado. Ele é sagrado, embora seja fisicamente semelhante aos outros.

respeito pela crença dos católicos. O mesmo deve ocorrer quando um católico observa uma vaca ou um porco. Porém, cada religião possui suas manifestações de sagrado e a elas atribui um caráter diferenciado em relação às outras coisas, pois esta manifestação, seja ela qual for, ordena o seu mundo profano, que está imerso no caos, em relação ao transcendente, ao sobrenatural, ao sagrado.

Ao analisar o sagrado e o profano, percebe-se uma relação dialética entre esses dois mundos. Afinal, o sagrado é, ao mesmo tempo, desejado e perigoso. É o sagrado que, através de suas manifestações, ordena e situa o indivíduo no mundo profano, porém tal manifestação nunca pode ocorrer sem colocar em risco toda a ordem cósmica do mundo do indivíduo religioso. A possibilidade de participar de uma força sobrenatural repleta de sentido impele o indivíduo a buscar o sagrado, mas é necessário que ele esteja preparado para lidar com essa força, pois a ordem cósmica depende da separação entre os dois mundos. O indivíduo profano que tenta participar do sagrado, sem estar preparado para tal, corre o risco de ter sua existência destruída e, o que pode ser pior, combinar forças absolutamente distintas, eliminando, assim, as manifestações do sagrado, que são as fontes de significado dentro do mundo profano. O contato com o sagrado, embora seja tentador e poderoso, pode mergulhar o mundo profano em uma total falta de referências, significados e sentidos, ou seja, pode devolver o mundo ao caos. Todo indivíduo religioso, segundo Geertz (1989), deseja a força e o sentido presentes no sagrado, mas os riscos que envolvem o contato com essa força atraente são profundos e ameaçam todo o cosmos.

Devido à importância que o sagrado possui na vida do homem religioso, cria-se uma série de práticas que procuram ordenar o contato com este sagrado. Essas práticas, quando instituídas em um sistema solidário dentro das sociedades, constituem, juntamente com as crenças, o fundamento das religiões.

Dentre essas práticas que regulam a relação com o sagrado, apresentam especial importância os ritos. Segundo Van Gennep (1960), há entre o sagrado e o profano um estágio intermediário que permite a atuação dos indivíduos entre um e outro. Este estágio intermediário precisa ser regulado e são justamente os ritos que exercem tal função. Para evitar o contágio de um pelo outro, os ritos atuam com sérias restrições e obrigações que têm por função possibilitar essa relação entre sagrado e profano sem pôr em perigo a ordem cósmica.

Há dois tipos básicos de ritos, os ritos positivos e os negativos. Os ritos positivos compõem-se das obrigações rituais do indivíduo para que possa ficar em condição de lidar com o sagrado, esses ritos consagram ou dessacralizam o indivíduo de acordo com a relação que este pretende manter com o sagrado (Caillois, 1985:23). Os ritos negativos, por sua vez, constituem uma série de restrições impostas ao indivíduo, definindo o que ele não deve fazer, impondo as abstenções a que ele deve se submeter para se relacionar com sagrado. Caillois (1985:23) faz uma distinção que atribui aos ritos negativos a função de elevar as barreiras que separam e isolam os dois mundos protegendo-os da catástrofe. Para Durkheim o rito negativo é mais do que um conjunto de proibições e abstenções. O rito do tipo negativo é, ainda, uma condição de acesso ao rito positivo. Ao se abster de aspectos da vida profana, o indivíduo passa a se aproximar mais da vida sagrada, tornando-se assim mais apto a participar do mundo sagrado, e é justamente essa a função do rito positivo.

O homem que se submeteu às interdições prescritas não é, depois delas, o mesmo que era antes. Antes, era um ser comum que, por essa razão, devia permanecer afastado das forças religiosas. Depois, encontra-se mais junto delas, pois aproximou-se do sagrado pelo simples fato de ter se afastado do profano. (Durkheim, 2000:328).

Ao formar um sistema solidário dentro da sociedade, esse conjunto de crenças e práticas passa ser identificado de acordo com a noção de religião que será utilizada neste trabalho. Este sistema, segundo a análise de Durkheim, tem por função gerar a coesão social em sociedades com solidariedade mecânica (Durkheim, 2000). Com o enfraquecimento da consciência coletiva e o aumento das consciências individuais que ocorreria na mudança provocada pela divisão social do trabalho, o papel da religião seria significativamente reduzido dentro das sociedades com solidariedade orgânica (Machado, 1996). Essa redução do papel e do poder da religião nas sociedades modernas vem sendo definida, grosso modo, como um processo de secularização.

1.2. Espaço Sagrado

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras (...). Há, portanto, um espaço sagrado, e por

consequência ‘forte’, significativo, e há outros espaços não-sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. (Eliade, 1996:25).

O mundo profano está imerso no caos. O espaço, no mundo profano, não possui referenciais, é, como Eliade afirmou, amorfo. O que torna o espaço, no mundo profano, diferente, heterogêneo, é a presença do sagrado. O sagrado distingui-se no mundo profano e situa o indivíduo ao fornecer-lhe um referencial espacial dentro do caos.

Um espaço se revela sagrado através de uma hierofania. É necessário que haja uma manifestação, direta ou indireta, do sagrado em determinado espaço para que ele se torne sagrado. *“Todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente”* (Eliade, 1996:30). É necessário que haja uma hierofania para consagrar um espaço, mas essa hierofania precisa permanecer, repetir-se para que o espaço continue sendo sagrado. *“Um espaço sagrado assenta a sua validade na permanência da hierofania que, em dada altura, o consagrou”*.(Eliade, 2002:296).

Existem várias formas pelas quais uma hierofania pode servir para consagrar determinado espaço. Um raio que caiu, um animal abatido, um indivíduo morto de forma violenta, etc.. Um espaço pode tornar-se sagrado por ser um local que abriga algum objeto ou indivíduo sagrado. O local onde se encontrou uma pedra sagrada, a morada ou local de nascimento de algum líder religioso, etc.. Ainda, um local pode tornar-se sagrado por ser, unicamente, um portal de contato entre o mundo profano e o mundo sagrado. *“No recinto sagrado, torna-se possível a comunicação com os deuses”* (Eliade, 1996:29). Na verdade, todo espaço sagrado é uma forma de contato entre o mundo profano e o sagrado, pois existe, lá, uma hierofania, uma manifestação da ordem sagrada que permanece e repete-se continuamente.

O espaço homogêneo do mundo profano não é capaz de estabelecer significados na vida do indivíduo religioso. Quando uma hierofania se apresenta e determinado local é consagrado, esse local torna-se diferente. O indivíduo, então, reconhece esse espaço como diferente dos demais que o cercam e passa a ter com o espaço uma relação diferenciada. O espaço não é mais como outro qualquer, torna-se referência em meio ao caos e fornece um sentido ao indivíduo.

Como já foi dito, o contato entre o sagrado e o profano nunca ocorre sem pôr em risco a ordem cósmica, por isso o espaço sagrado é sempre delimitado e claramente definido. Não há espaço sagrado que não seja diferenciado, de alguma forma, do espaço profano. *“O muro ou o círculo de pedras que encerram o espaço sagrado contam-se entre as mais antigas estruturas arquitetônicas conhecidas no domínio dos santuários”*. (Eliade, 2002:298). Sobre os santuários, Zeny Rosendahl escreve: *“Por santuários entendemos aqueles lugares considerados sagrados por uma dada população regional, nacional ou de vários países. Estes lugares, por sua vez, estão focalizados, via de regra, em templos associados a uma hierofania.”* (1996:38-39).

Os santuários, ou qualquer outro espaço sagrado, não podem entrar em contato direto com o mundo profano, assim como o profano não pode entrar em contato com o sagrado sem que haja uma preparação, um estágio, um rito ou algo que sirva para permitir tal contato sem que ocorra alguma catástrofe no cosmos. A separação entre os espaços é a forma de se isolar o sagrado do contato com o profano, e os ritos são uma forma de se permitir esse contato sem consequências devastadoras, pois ao submeter-se ao rito, o indivíduo perde sua condição de profano e torna-se temporariamente sacralizado, para, assim, poder participar do espaço sagrado. *“O sagrado é sempre perigoso para quem entra em contato com ele sem estar preparado, sem ter passado pelos ‘movimentos de aproximação’ que qualquer ato de religião requer”*. (Eliade, 2002:298). Essa preparação para o contato com o sagrado pode apresentar-se de várias formas, mas sempre possui, em seu princípio², o objetivo de tornar o indivíduo apto para o contato com sagrado, ou seja, consagrar-lhe. Há locais em que não é permitido entrar com calçados, outros onde é obrigatório o uso deles; há locais onde é necessário fazer o sinal da cruz ou vestir-se e agir de determinada forma. Enfim, são vários os tipos de proibições e obrigações que têm como objetivo permitir a entrada de indivíduos profanos em espaços sagrados.

Sendo assim, tem-se que os espaços sagrados diferem-se dos espaços profanos por serem qualitativamente distintos; o indivíduo distingue o espaço sagrado em meio ao caos dos espaços amorfos do mundo profano. Essa distinção qualitativa se dá devido ao fato de

² Uma característica de alguns rituais é a sua permanência dentro da sociedade, mesmo quando sua razão não é mais lembrada ou entendida. Muitos rituais permanecem sendo praticados sem que se entenda exatamente qual a sua origem e razão de existência.

haver, no espaço sagrado, uma hierofania que o consagrou no início e continua a manter seu caráter sagrado, pois repete-se continuamente.

Esta definição será particularmente útil a este trabalho quando forem analisados os cultos que a Frente Parlamentar Evangélica realiza na Câmara dos Deputados.

1.3. Secularização

De acordo com Márcio Santos (2005:18) “*quando pretendemos compreender a participação dos pentecostais no campo da política, logo somos remetidos ao conceito de secularização*”. Não apenas quando estudamos os pentecostais, mas também quando estudamos qualquer tipo de inserção do religioso nos espaços jurídico-legal e político a noção de secularização surge com especial vigor.

Citando Habermas, Antônio Flávio Pierucci (1998) abre seu importante texto a respeito da secularização alertando-nos da importância de se saber do que se está falando. Tal alerta deve-se, sobretudo, à confusão conceitual estabelecida dentro da Sociologia da religião no que se refere ao conceito atribuído a Max Weber.

Em seu trabalho a respeito de carismáticos e pentecostais, Maria das Dores Campos Machado (1996) apresenta uma interessante análise do modo pelo qual, dentro das teorias de Durkheim e Weber, a modernidade levaria a uma redução da religião e da religiosidade. Segundo esta autora a diferenciação advinda da divisão social do trabalho seria fundamental, no pensamento de Durkheim, para explicar a retração da esfera religiosa. A mudança de uma solidariedade mecânica para uma solidariedade orgânica, com base na divisão social do trabalho, seria o ponto de transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. Conforme a análise de Machado a respeito do pensamento de Durkheim:

O alicerce da vida social é a conformidade dos indivíduos a um determinado conjunto de valores e crenças que constituem a consciência coletiva. Para Durkheim, a religião é o elemento gerador dessa conformidade nas sociedades segmentais. Os valores e crenças religiosos orientam as condutas e favorecem o estabelecimento de uma disciplina moral entre os indivíduos, constituindo assim a principal fonte de coesão social. A solidariedade mecânica resultante do compartilhamento total das

crenças e sentimentos religiosos liga o indivíduo diretamente à sociedade, dispensando qualquer intermediação. (Machado, 1996:15).

Em sociedades com solidariedade mecânica a religião atua como imperativo social gerando a coesão social tão importante no pensamento do sociólogo francês. O poder da religião, continua Machado, cresce na razão inversa da personalidade individual.

Com a especialização ocupacional característica das sociedades modernas aumenta a individualização dos membros dessas sociedades. Desta forma ocorre uma contração da consciência coletiva e um aumento das consciências individuais, reduzindo, assim, o domínio da religião.

Sendo assim, o domínio da religião se reduziria mais e mais na passagem para a modernidade, diminuindo progressivamente o conjunto das crenças e sentimentos de caráter sagrado. Mas a consciência coletiva não perde apenas em intensidade e determinação: seu conteúdo também se modifica, tornando-se cada vez mais secular. (Machado, 1996:16).

Embora seja possível identificar no pensamento de Durkheim outras formas de sacralização dentro da modernidade, ocorre uma retração do pensamento religioso e da própria esfera religiosa.

Prosseguindo com a análise de Maria das Dores Campos Machado, nas sociedades tradicionais, para Weber, organização social e cultura se confundem. Há uma racionalidade substantiva em que os agentes sociais se orientam a partir de valores essencialmente religiosos: *“em outras palavras, são as concepções religiosas que informam ou dão significado às ações humanas”* (Machado, 1996:18).

Esta situação modifica-se com o processo de modernização e sua característica racionalização que diferencia cultura de sociedade. Este processo deslocaria os símbolos religiosos e operaria uma retração da religião, separando-a de outras esferas da vida social e posicionando os indivíduos dentro do que Weber designou como *gaiola de ferro*, onde os indivíduos, livres dos deuses cristãos, passam a viver uma existência desprovida de significado.

De acordo com estes dois autores clássicos, a modernidade está relacionada a uma retração do religioso e a um respectivo aumento da racionalidade. O processo de

secularização seria, neste sentido, um aspecto da modernidade em que há uma redução do papel, antes fundamental, da religião.

De acordo Márcio Martins Santos (2005), parece bem mais produtivo pensar a secularização não como um processo de esgotamento, de fim mesmo da religião em uma modernidade incompatível com o sagrado, mas sim como um elemento constitutivo da própria modernidade, onde há uma reconfiguração do religioso a partir das mudanças sociais específicas do mundo moderno.

O conceito de secularização será tratado aqui como a separação entre religião e Estado - onde a religião não é mais necessária para fornecer legitimidade a governos, leis e instituições políticas - e como um processo de racionalização da ordem jurídico-política (Mariano, 2003; Miranda, 1998; Pierucci, 1998; Santos, 2005).

A secularização do aparato jurídico-político constitui processo histórico decisivo na formação das sociedades modernas ocidentais. A separação Estado-Igreja, que no Brasil ocorre concomitantemente com o advento do regime republicano, não só faz parte desse processo de secularização como o impulsiona. Com a separação, o Estado, além de adquirir autonomia em relação ao grupo religioso ao qual se aliava, amplia sua dominação jurídica e política sobre a esfera religiosa. A secularização do aparato jurídico-político, além de reiterar a autonomia e a supremacia do direito em relação às outras formas de ordens normativas, de reduzir praticamente a pó as pretensões dos grupos religiosos em impor suas normas ao conjunto da sociedade, de submetê-las ao império da lei, relativiza, relega a segundo plano e desqualifica as demais fontes de normatividade. (Mariano, 2003:112).

De acordo com Ricardo Mariano (2003), o processo de secularização ocorrido de modo paulatino e aos tropeços permitiu, pelo menos no plano jurídico, o livre exercício das diversas formas de religiosidade no Brasil, levando ao pluralismo e à concorrência religiosa estimulados pelo fim do monopólio jurídico-legal do catolicismo.

Distanciando-nos de toda a discussão conceitual, resta, após expor o modo pelo qual o termo será utilizado neste trabalho, verificar a importância da secularização na atualidade. Como bem esclarece Pierucci:

Aqueles, pois, dentre os críticos da teoria da secularização que sinceramente gostariam de acreditar do fundo de seus corações que o “retorno do sagrado” representa efetivamente um desmentido empírico da teoria da secularização, ou então uma reversão real de sua trajetória dada como

irreversível, fariam bem em prestar mais atenção ao sentido original do termo e atentar para o quão imprescindível continua sendo, para o nosso bem viver em sociedades multiculturais e religiosamente plurais, a secularização assim entendida: como secularização do Estado, da lei, da normatividade jurídica geral. (Pierucci, 1998:67).

2. Breve Histórico dos Protestantes

2.1. Surgimento

Durante toda a Idade Média ocorreu na Europa um amplo domínio da religião Católica. Tal domínio transcendia a esfera religiosa e estendia-se aos campos político, econômico e social. Mesmo com várias disputas internas, entre os próprios clérigos, e externas, entre Igreja e o restante da população, a Igreja Católica fortaleceu-se e tornou-se uma das instituições mais importantes durante o período medieval. Porém, a partir do fim da Idade Média passaram a se fortalecer diversos movimentos reformadores na Europa. Embora tenham ocorrido de forma mais acentuada a partir do Século XVI, tais movimentos reformadores já vinham sendo realizados desde o Século XII.

Os primeiros movimentos organizados da Reforma, que se propõem voltar à pobreza original da Igreja, surgem no Século XII. Os valdenses (1173) de Lyon são os mais importantes. Se os franciscanos sabem absorver uma parte das queixas legítimas da população, também contribuem para a criação de movimentos pauperistas e milenaristas. John Wycliff (m. 1484), professor em Oxford, é o iniciador do movimento dos lolardos, que rejeitam a eucaristia, o celibato dos padres e a hierarquia eclesiástica. (Eliade, 1999:115).

Esses movimentos reformadores continuaram ocorrendo durante a Idade Média até que no Século XVI encontraram uma conjunção de fatores que levou ao surgimento de várias Igrejas Protestantes. Dentre esses fatores, havia um sentimento de descontentamento de parte da população, de teólogos, de membros da própria Igreja e de muitos monarcas com relação ao grande poder que o Papa exercia sobre a Europa e o modo como a Igreja atuava junto à população. O grande expoente deste movimento, em seu período inicial, é Martinho Lutero. Em suas 95 teses³ (divulgadas em 31 de outubro de 1517), Lutero faz duras críticas à cobrança de indulgências exercida em nome da Igreja Católica e realiza diversas considerações sobre o poder do Papa e dos Padres católicos.

³ Texto disponível no *site* (www.dominiopublico.gov.br) e atribuído à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

No início do século XVI, um cisma religioso bem mais dramático separa o norte alemão do resto da Europa. É obra do monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546), professor de Teologia na Universidade de Wittenberg, cujas meditações sobre Paulo e Agostinho levam à conclusão da inutilidade da intercessão da Igreja; da ineficácia dos sacramentos; da condição pecadora da humanidade, que torna impossível o celibato e abominável o casamento, ainda que necessário; da predestinação individual que não pode ser modificada por nenhuma obra humana; e, finalmente, da justificação unicamente pela fé, sem necessidade de boas obras. (Eliade, 1999).

As idéias de Lutero obtiveram apoio de diversos príncipes eleitores e nobres governantes alemães que estavam insatisfeitos com o grande poder do Papa e o modo como ele o exercia (Gaarder, 2000). Desta forma, Lutero passou a atuar de modo crítico com relação à Igreja Católica e influenciou movimentos reformadores em outras regiões da Europa.

Depois de afixar as 95 teses na porta da catedral de Wittenberg, Lutero defende corajosamente suas idéias diante do Cardeal legado Cajetan. Sob a influência do amigo humanista Philipp Schwarzerd Melancton, Lutero acabará transigindo em muitos pontos da doutrina e da prática religiosa, ao passo que seu discípulo francês João Calvino (1509-1564), que dominará Genebra a partir de 1541, defenderá um protestantismo bem mais rígido, dogmático e sombrio. (Eliade, 1999).

Com a participação de cavaleiros armados e camponeses, incitados pelo protestante radical Thomas Münzer, ocorreu na Suíça e na Alemanha uma guerra religiosa condenada por Lutero e reprimida pela Liga dos Príncipes da Reforma em 1525. Porém, a esta altura os movimentos protestantes já se espalhavam e se diversificavam pela Europa, ganhando força e conquistando adeptos.

O próprio movimento protestante não é unitário: fundamentalista em sua essência, contém todavia uma franja liberal considerável (anabatistas, entusiastas, menonitas, etc.). A situação complica-se também pelo fato de Lutero renegar suas idéias de juventude, sustentadas porém até o fim por antigos alunos e partidários, dentre os quais os mais radicais, Ulrich Zwingli (1484-1531) e João Calvino. (Eliade, 1999:116).

Deste modo, a expansão do movimento protestante pela Europa; com John Knox na Escócia, Calvino na França e Zwingli na Suíça; chegou à Inglaterra, provocando a

separação entre a Igreja inglesa e a Igreja romana e enfraquecendo ainda mais a Igreja Católica. Enfraquecida, a Igreja Católica procurou realizar sua própria reforma durante o Concílio de Trento (1545-1563). Foi a chamada Contra-Reforma católica, que procurou adotar uma linha fundamentalista e austera.

Diversos movimentos protestantes surgiram a partir da Reforma de Lutero. Um desses movimentos foi o anabatismo. O anabatismo era um movimento religioso tido como o mais radical da Reforma. Acreditava que as reformas de Lutero, embora fossem importantes, eram insuficientes e ainda possuíam uma visão muito próxima do catolicismo. Marcado pela ênfase no batismo adulto por imersão e o apego aos sacramentos, o anabatismo se expandiu inicialmente por algumas regiões da Europa; entre as quais Suíça, Moravia e Alemanha; e posteriormente, pressionado pelas perseguições que sofria na Europa, chegou aos Estados Unidos (Campos Jr., 1995).

Fundamentalistas, os grupos anabatistas foram marginalizados, mas suas atividades ultrapassaram as fronteiras suíças, atingindo a Morávia. A perseguição a esses grupos religiosos favoreceu sua expansão pela Alemanha e pelos Países Baixos. (Campos Jr., 1995:12).

Outro importante movimento surgido a partir da Reforma foi o metodismo. Fundado por John Wesley na Inglaterra o metodismo ficou conhecido pelo “método” com que encaminhava suas reuniões e encontros de estudos bíblicos. Oriundo da Igreja Anglicana, John Wesley estudou em Oxford e tornar-se-ia um ministro anglicano comum, caso não tivesse encontrado grupos moravianos durante uma viagem que fez aos Estados Unidos. Desse contato floresceu a idéia da necessidade de uma maior santificação.

Com a revolução industrial, houve a formação de um operariado inglês e o aumento da pobreza e da exploração capitalista. Neste contexto, Wesley firmou as bases do metodismo.

Wesley modificou seu procedimento em relação à Igreja Anglicana a partir de 24 de maio de 1774, quando teve sua “experiência do coração aquecido”. Passou então a pregar fora dos templos e atingiu assim milhares de trabalhadores e mineiros ingleses. (Campos Jr., 1995:12).

Anabatistas, presbiterianos e metodistas, entre outros, forçados pelos problemas e perseguições religiosas na Europa migraram para os Estados Unidos levando suas crenças e encontrando um terreno fértil para a propagação de suas mensagens religiosas.

2.2. Pentecostalismo

A disseminação religiosa proveniente dos grupos protestantes foi a origem de um movimento que ganhou força nos Estados Unidos e estendeu-se, posteriormente, para várias regiões do mundo, o Pentecostalismo.

A palavra pentecostal vem de Pentecostes, evento marcado pela efusão do Espírito Santo, cinquenta dias após a ascensão de Cristo. No livro de Atos, capítulo 2, está a narrativa sobre esse evento, quando os apóstolos se encontravam reunidos em Jerusalém. Pode-se considerar que a semente do pentecostalismo já estava plantada no protestantismo norte-americano através dos movimentos avivalistas dos séculos XVIII e XIX. (Campos Jr, 1995:20).

Esses movimentos avivalistas são movimentos surgidos na Europa, principalmente na Inglaterra, durante a revolução industrial e propunham um despertar buscando maior motivação da crença, incentivando orações e isolamento.

Surgido entre os anos de 1901 e 1906 nos Estados Unidos, o pentecostalismo teve origem nas doutrinas de John Wesley. O fundador do metodismo acreditava que o homem devia, após a justificação, dedicar-se à santificação. A grande ênfase do metodismo estava na idéia de santificação.

Retomando o caso metodista, torna-se necessário lembrar que uma das maiores ênfases era a santificação. Para que seus adeptos conseguissem isto, era necessário muita oração, algo como um “dom proveniente de Deus”, que a prática diária proporcionava em relação ao próximo. (Campos Jr., 1995:20).

Os metodistas, nos Estados Unidos, encontraram uma situação que permitia sua expansão. Utilizavam-se de pregadores leigos para espalhar sua mensagem e em suas

reuniões ocorriam manifestações de êxtase motivadas pelos cantos e orações característicos dessas reuniões.

Expandindo-se pelos Estados Unidos, os metodistas enraizaram suas crenças com base na santificação. Esta ênfase na santificação foi, então, passando de movimento a movimento, avançando no tempo, e chegou aos grupos pentecostais, originando sua doutrina básica: o batismo do Espírito Santo. Ao diferenciar conversão de santificação, os teólogos e religiosos puderam atribuir ao segundo a denominação de “batismo do Espírito Santo”.

Após definir o que era o batismo do Espírito Santo e atribuir-lhe papel central em sua estrutura de crenças, procurou-se identificar quais fatos caracterizariam uma experiência onde ocorresse, de fato, tal batismo do Espírito Santo.

A busca por estes fatos permitiu o surgimento dos primeiros movimentos que, posteriormente, seriam definidos como pentecostais.

Foi Charles Parham, que em 1898 fundou o Lar de Curas de Betel e em 1900 o Colégio Bíblico de Betel, quem procurou se aprofundar na questão, propondo aos seus alunos que procurassem descobrir evidências bíblicas para o batismo do Espírito Santo.

Após um tempo de pesquisa na Bíblia, os estudantes chegaram à conclusão de que a glossolalia era o sinal que procuravam. Se havia tal evidência na Bíblia, faltava uma experiência em que alguém falasse as novas línguas. Durante uma vigília Agnez Ozman (uma das alunas de Parham) sentiu a necessidade de receber preces com a imposição de mãos (geralmente o pastor coloca as duas mãos sobre a cabeça do fiel para orar por ele). Com a oração Ozman falou em outras línguas: era o começo do pentecostalismo nos EUA. (Campos Jr., 1995:20).

Outro fenômeno ocorreu em Los Angeles, no dia 6 de abril de 1906. Em uma velha e abandonada igreja metodista em Azusa Street, durante a pregação de um aluno de Parham chamado W. J. Seymour, sete pessoas, entre elas um menino negro de 8 anos, falaram em línguas estranhas (Campos Jr., 1995; Rolim, 1985).

Estes dois eventos envolvendo glossolalia são considerados os marcos iniciais do pentecostalismo, pois representam manifestações do batismo do Espírito Santo.

Outro aspecto importante na história do pentecostalismo é a segregação racial existente nos Estados Unidos no período de seu surgimento. Inicialmente negros e brancos

apareciam unidos pela força do religioso em uma mesma Igreja. Porém, a partir de 1908, reproduzindo o modelo existente em toda a sociedade norte-americana da época, ocorreu uma separação de caráter racial (Rolim, 1994).

Esta separação modificou significativamente a configuração dos movimentos pentecostais e teve reflexos, inclusive, sobre o pentecostalismo que viria a lançar raízes no Brasil.

Os protestantes brancos separavam-se dos protestantes negros, que em seus cultos manifestavam a fé com comportamento alegre e de improviso. Se os evangélicos negros não dissociavam sua religiosidade das lutas sociais, os brancos optaram por uma "espiritualidade radical" separada dos eventos ocorridos na sociedade e em seu cotidiano. (Campos Jr., 1995:24).

Devido às várias perseguições sofridas nos Estados Unidos, os negros possuíam um forte sentimento de luta político-racial. Para os pentecostais negros "*Cristo tomou uma nova face. Ficou sendo o Cristo negro, libertador da raça negra, oprimida na América e em outros países*". (Rolim, 1994:23).

Já os brancos, optaram por uma orientação puramente religiosa, sem a interferência de questões sócio-políticas.

Impulsionadas por uma "ideologia do destino manifesto", segundo a qual os povos escolhidos, os de língua inglesa, deveriam levar suas idéias a todas as nações, as igrejas protestantes procuraram sua expansão através de "empresas missionárias" que enviaram voluntários para todo o mundo, inclusive o Brasil.

2.3. Protestantismo no Brasil

Juntamente com os movimentos migratórios da Europa para o Brasil ocorridos principalmente durante o século XIX, chegaram os primeiros grupos protestantes tradicionais.

O protestantismo tradicional – representado por metodistas, batistas, presbiterianos, congregacionais e luteranos – já havia se instalado no Brasil em meados do século XIX. Os batistas se caracterizavam

por uma evangelização agressiva, radical, e logo atingiram a região Norte do Brasil. (Campos Jr., 1995:30).

Embora alguns grupos protestantes tenham permanecido restritos aos territórios dos imigrantes no Brasil, diversos outros grupos, estimulados pelo proselitismo evangélico avançaram no sentido de difundir suas idéias entre a população brasileira.

No final do século passado e começo do atual, o protestantismo de conversão, através dos batistas, concentrados mais no Rio de Janeiro, e dos presbiterianos, mais aglomerados em São Paulo, haviam alcançado o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste. (Rolim, 1985:63).

A expansão dos grupos protestantes de caráter proselitista, a partir da segunda metade do século XIX, permitiu que fosse preparado o terreno para o fenômeno que iria começar a ocorrer no Brasil a partir do início do século XX, o movimento pentecostal.

Para que se possa entender o processo que levou ao estabelecimento e, posteriormente, ao grande crescimento pentecostal no Brasil é necessário compreender o momento social, político e econômico em que se deu tal processo.

Francisco Rolim apresenta como fator fundamental ao fenômeno pentecostal no Brasil a situação de classes sociais pela qual o país passava. Segundo Rolim:

Segmentos da burguesia e setores elevados das classes médias urbanas atraíram preferencialmente as atenções do protestantismo. Do seu lado, a Igreja Católica dava continuidade à sua aliança com o setor cafeicultor e com as classes médias, (...). Mas os setores populares das classes dominadas, que o catolicismo oficial supunha ter sob seu domínio, permaneciam à margem de um trabalho criativo que fosse ao encontro da sua espontaneidade e das raízes da sua fé. Ora, foi precisamente nesta extensa faixa dos econômica e culturalmente desprivilegiados que o pentecostalismo fincou as suas bases. Desde seu início, dirigiu-se diretamente a eles. (Rolim, 1985:62).

A atuação nos setores menos favorecidos da sociedade é, como veremos mais adiante, uma característica presente até os dias atuais nos grupos pentecostais no Brasil.

As primeiras Igrejas pentecostais no Brasil foram a Congregação Cristã e a Assembléia de Deus.

A Congregação Cristã foi fundada no bairro do Brás, em São Paulo, no ano de 1910 pelo italiano Luigi Francescon. Francescon nasceu em Udine, na Itália, em 1866 e imigrou para os Estados Unidos em 1890. Influenciado pelos antigos valdenses, que tinham o Novo Testamento como única regra de fé e vida, Francescon filiou-se à Igreja Presbiteriana em setembro de 1903 (Campos Jr., 1995; Rolim, 1985).

Em agosto de 1907, já influenciado pelo pastor batista W.H. Durham, Francescon recebeu o dom de línguas e passou a pregar em diversas cidades estadunidenses. Em Chicago este pioneiro do pentecostalismo dizia ter recebido uma revelação: deveria partir para Buenos Aires, na Argentina. Vindo dos Estados Unidos, Francescon chegou ao Brasil em 1909. Após uma breve passagem pela Argentina, o italiano retornou ao Brasil onde freqüentou reuniões da Igreja presbiteriana. *“Não demorou muito para que suas concepções bíblicas entrassem em choque com as doutrinas conservadoras e calvinistas do presbiterianismo”* (Campos Jr., 1995:28). Após um período reunindo adeptos no Paraná, Francescon fundou, em São Paulo, a Congregação Cristã.

Nasceu a Congregação de uma cisão entre presbiterianos, da mesma forma que um ano mais tarde a Assembléia de Deus iria surgir, em Belém, de Batistas dissidentes. O rompimento que eclodiu na Igreja presbiteriana do Brás foi de caráter estritamente religioso e não social, pois os presbiterianos não andavam metidos com as greves. A raiz da cisão emergia da novidade trazida por Francescon – o batismo no Espírito Santo, como uma etapa da conversão. (Rolim, 1985:35).

Apesar de haver surgido em meio a um contexto de formação do operariado brasileiro na capital paulista, a Congregação Cristã apresentava, assim como os movimentos pentecostais formados por brancos nos Estados Unidos, uma postura de desvinculação com as questões sociais e políticas, valorizando apenas o lado religioso e espiritual.

Também vinculada ao pentecostalismo dos brancos norte-americanos, a Assembléia de Deus, foi criada em Belém do Pará no ano de 1911.

Esse ramo do pentecostalismo teve origem nos Estados Unidos. Começou a surgir em uma Igreja batista, quando Daniel Berg presenciou as primeiras pregações do Pastor Durham, em Chicago. À semelhança de Francescon, criador da Congregação Cristã, Berg e outro imigrante sueco, Gunnar Vingren, candidataram-se ao “serviço missionário” e sentiram-se “chamados” para trabalhar no

Brasil. Quando aqui chegaram, em 1910, ainda eram batistas e ficaram hospedados no templo da Igreja, em Belém do Pará. (Campos Jr., 1995:30).

Durou pouco tempo a permanência dos suecos dentro da Igreja Batista de Belém do Pará. Devido a discordâncias com relação à noção de batismo do Espírito Santo os imigrantes suecos foram expulsos da Igreja assim que começaram a ocorrer os primeiros fenômenos de glossolalia em seus cultos. Após serem expulsos, Berg e Vingren fundaram, juntamente com outros dezenove ex-membros da Igreja Batista, a Igreja Missão da Fé Apostólica que em 1918 tornou-se Assembléia de Deus.

Nesta primeira etapa as Igrejas pentecostais beneficiaram-se do momento social, econômico e político brasileiro, surgindo como uma alternativa religiosa à forte hierarquização Católica e à preferência dos protestantes tradicionais pelos crentes letrados.

O processo de urbanização pelo qual passava o Brasil no início do Século XX, ainda que incipiente, já levava à formação de uma classe operária e ao aumento das camadas pobres nas grandes cidades. O Estado oligárquico brasileiro das primeiras décadas do Século XX procurava beneficiar o setor hegemônico da economia, o cafeicultor. Esta política protecionista de representação dos interesses dos cafeicultores prejudicava o operariado negando-lhe diversos benefícios, tais como: repouso remunerado, salários em dia, remuneração de hora-extra, liberdade de reunião de operários, etc..

Essas camadas pobres viam no pentecostalismo um modo de inserção religiosa que lhes era restringida pela Igreja Católica e pelos protestantes tradicionais.

Enquanto as igrejas protestantes históricas alimentavam anseios de atingir, através da educação ministrada em seus colégios, segmentos da classe burguesa e das classes médias urbanas, o pentecostalismo adotou logo de início uma evangelização diretamente voltada para o povo simples. Só que nesta tentativa de evangelização direta duas coisas estavam implicadas: falar às camadas populares desprivilegiadas; mas falar-lhes através de agentes evangelizadores delas oriundos, que se serviam de sua própria cultura oral. (Rolim, 1985:64).

Ao contrário das Igrejas Católica e Protestantes Tradicionais, as pentecostais não apenas permitiam, como estimulavam a formação de pregadores não letrados, oriundos das

camadas populares e que soubessem falar a “língua do povo”. Com isso, abriram as portas de suas igrejas à cultura oral das massas populares.

As camadas populares, economicamente e culturalmente desapropriadas, não podendo ter um lugar na ordem pública (de cidadania) e no plano político, foram marginalizadas pelo capitalismo liberal. Instalado na ordem privada onde os interesses do homem a um tempo mercantil e livre se fortificavam sob a proteção do Estado, o liberalismo ia criando na ordem pública uma faixa de privilégios. (Rolim, 1985:66).

Desprivilegiados social e economicamente, além de restritos dentro da ordem hierárquica Católica e Protestante Tradicional, as camadas mais populares da sociedade encontraram nas Igrejas pentecostais um espaço de vivência religiosa, de manifestação da fé e de expressão de suas experiências, livres das limitações impostas pelos religiosos letrados.

Citando novamente Francisco Rolim:

O pentecostalismo, ao canalizar a espontaneidade e emoção da alma religiosa das camadas populares, proporcionou condições para a emergência, no plano religioso, de um espaço público germinador de organizações típicas voltadas, não para a salvação a ser encontrada na sociedade liberal burguesa, mas numa sociedade de salvação pelo poder do Espírito. Neste espaço público de caráter religioso, elementos saídos das camadas populares veicularam sua cultura popular impregnada de crenças. (Rolim, 1985:66).

Essa organização de um espaço público das camadas populares operada pelas Igrejas pentecostais é de fundamental importância no desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil e, mais adiante, na sua atuação dentro do espaço político propriamente dito.

Se o surgimento do pentecostalismo no Brasil está inserido no contexto do Estado oligárquico do início do Século XX, seu desenvolvimento acentua-se a partir do Estado-Novo de Getúlio Vargas e do período populista.

Durante o período de Getúlio Vargas no poder (de 1930 a 1945) houve um grande desenvolvimento e expansão do pentecostalismo no Brasil. “*Estudiosos do pentecostalismo (...) apontam geralmente o ano de 1930 como o ponto de partida da expansão pentecostal.*

Pensamos que não é precisamente o ano de 1930, mas a partir de 1935". (Rolim, 1985:79).

Após o golpe de Estado operado por Vargas em 1937, intensificou-se a repressão aos movimentos operários no Brasil. As greves passaram a ser gradativamente eliminadas a partir de 1935 e uma nova ordem autoritária começou a ser implantada. A ameaça comunista, representada principalmente pela Aliança Nacional Libertadora e pela figura de Luis Carlos Prestes, mobilizou o Estado, as classes dominantes e a Igreja Católica no sentido de reprimir tal ameaça. Desta forma a Igreja Católica e as classes dominantes se encaminharam para um consenso, o de atribuir ao poder governamental a força controladora das classes subalternas. Através dos setores dominantes, toda a sociedade passou a envolver-se na instauração da uma ordem social autoritária.

Vinculadas ao pentecostalismo dos brancos estadunidenses, as Igrejas pentecostais no Brasil apresentavam, como já foi dito, uma postura mais sacral, voltada basicamente para as questões espirituais e procurando evitar o envolvimento com aspectos políticos.

Durante o Estado-Novo dissociava-se o social do político. O político, neste sentido, era área exclusiva do Estado e a sociedade civil um domínio à parte. Desta forma, as Igrejas protestantes, de um modo geral, harmonizavam-se com os princípios do Estado-Novo ao rejeitar as questões políticas e apresentar uma postura ordeira e de respeito à ordem estabelecida e suas autoridades.

Embora houvessem ocorrido manifestações contrárias aos protestantes, principalmente por parte dos católicos, o Estado-Novo não via qualquer ameaça nos protestantes, ao contrário, via neles um segmento benéfico para o Estado brasileiro.

Pode-se pensar o período do Estado-Novo como um período de defesa dos protestantes contra as pressões católicas e como um período de forte expansão motivada pelo contexto sócio-político de repressão aos movimentos operários, de urbanização e de exercício do autoritarismo marcante, principalmente entre 1937 e 1945, da primeira Era Vargas.

A respeito do modo pelo qual a atuação dos pentecostais conseguia atrair adeptos em seu momento de expansão, Francisco Rolim escreve:

O devocional católico, arraigado nas camadas populares, mas livre do controle eclesiástico, era presa fácil à competição proselitista. O pentecostalismo ia despertando e canalizando o sentido de

solidariedade, que não tinha mais os canais políticos para reconhecê-la. Ao passo que o catolicismo se servia de argumentos de letrados, quando não fazia apelo à polícia, o que aconteceu várias vezes, os crentes falavam aos simpatizantes numa linguagem simples, conduziam-nos para o interior dos templos para que sentissem que tinham voz e podiam também pregar e experimentassem o calor humano que jamais sentiram nos templos católicos. (Rolim, 1985:82).

Embora a Igreja católica permanecesse, como ocorre até os dias atuais, como a principal religião no Brasil, a partir de 1935 o protestantismo tradicional e, principalmente, o pentecostalismo estabeleceram-se, reuniram cada vez mais adeptos e iniciaram seu movimento de expansão dentro da sociedade brasileira.

A partir do final da ditadura de Vargas em 1945 e da redemocratização brasileira acentuou-se, principalmente entre os pentecostais, o crescimento e a segmentação das Igrejas protestantes. Foi no período do populismo, dentro do contexto sócio-político dos anos 50, que apareceram dois ramos importantes do pentecostalismo, o Evangelho Quadrangular e O Brasil para Cristo. Além dessas Igrejas, surgiram diversas denominações de pequeno porte, resultado da segmentação ocorrida no período.

Se no período anterior ocorreu a consolidação das organizações pentecostais, como resultado de defesa contra as investidas do catolicismo, agora, na fase populista e pós Estado Novo, a presença das massas populares, impelidas por suas aspirações, força a eclosão de novos grupos no interior do pentecostalismo. Neste sentido a multiplicidade de igrejas diferentes não parece denunciar apenas falta de controle doutrinário. São as massas que aderem a organismos diferentes, mesmo dentro de uma crença comum, mais afins com suas aspirações não satisfeitas. (Rolim, 1985:84).

Essa segmentação e ampliação do protestantismo apresentou um importante indício da modificação que iria ocorrer, dentro do pentecostalismo, quando a Igreja O Brasil para Cristo entrou na política e elegeu vários dos seus membros para as Câmaras de deputados. Porém a experiência da Igreja O Brasil para Cristo foi isolada, até então, e não apresentou continuidade após o ano de 1964, quando houve o golpe militar e o retorno da ditadura.

Apesar da experiência de O Brasil para Cristo, de modo geral, os grupos protestantes mais novos, assim como os mais antigos, ainda permaneciam restritos à esfera religiosa, não se envolvendo com questões políticas. *“Os mais recentes receberam dos primeiros uma herança de vivência em torno do sacral, sem experiências de práticas*

sociais e políticas” (Rolim, 1985:85). Formados a partir dos grupos mais antigos, os novos grupos protestantes ainda permaneciam vinculados às práticas características dos movimentos brancos dos Estados Unidos, distanciados das questões sociais e políticas.

Esta situação começará a se modificar a partir da segunda metade da década de 1960, quando, após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, a Igreja Católica latino-americana proclamou sua opção preferencial pelos pobres. Como resposta o departamento de política exterior dos Estados Unidos emitiu o *Informe Rockefeller*. Neste informe o governo estadunidense avisa que a Igreja Católica deixou de ser um aliado dos Estados Unidos e propõe uma campanha intensiva de expansão das Igrejas Evangélicas (Rolim, 1994).

O mundo passava pelos mais tensos anos da guerra fria e o Brasil vivia sob uma ditadura militar fortemente ligada aos Estados Unidos. Dentro deste contexto os movimentos evangélicos ganharam ainda mais força. Multiplicaram-se e, estimulados pela modernização promovida pelos governos militares, começaram a buscar novas formas de exercer seu proselitismo.

A partir da década de 1960 e principalmente durante a década de 1970 percebe-se um certo despertar religioso nos meios protestantes históricos. Dissidências internas, motivadas por esse despertar religioso nas Igrejas protestantes tradicionais, tais como os metodistas, os presbiterianos e os batistas, permitiram o surgimento de Igrejas com manifestações características dos movimentos pentecostais, mas com a organização eclesiástica de suas Igrejas de origem. Esse pentecostalismo de renovação, ou neopentecostalismo, “*pode ser considerado um movimento híbrido (possui as doutrinas pentecostais, mas a estrutura organizacional é tradicional) em relação às Igrejas originadas de subdivisões dentro do próprio pentecostalismo*” (Campos Jr., 1995:49).

Dentro desse movimento de fortalecimento, segmentação e expansão do protestantismo no Brasil da década de 1970 surge, em 1977, a Igreja Universal do Reino de Deus. Criada pelo ex-funcionário público da Casa de Loterias do Rio de Janeiro Edir Macedo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) vem sendo considerada, por boa parte dos estudiosos, como a mais vigorosa versão do pentecostalismo, apresentando diversas estratégias de evangelização para atrair adeptos em diversas camadas da sociedade. Dentre essas estratégias, destaca-se a utilização de meios de comunicação de massa. A

veiculação de programas em emissoras de rádio e TV estimulou o rápido crescimento da IURD que, em 1989, conseguiu comprar sua própria emissora de TV, a Rede Record, então avaliada em 45 bilhões de dólares (Campos Jr., 1995).

Um momento importante para o crescimento dos evangélicos no Brasil foi o período da Constituinte, entre 1986 e 1988. Sob a suspeita de que a nova constituição brasileira declararia o Brasil como um país oficialmente católico, houve uma mobilização dos evangélicos, até então avessos às questões políticas, no sentido de participar da Assembléia Nacional Constituinte (Novaes, 2002). Com isso, foram eleitos, em 1986, 33 deputados federais evangélicos, que formaram a quarta maior bancada do congresso (Martins, 1994), sendo 13 do PMDB, 9 do PFL, 4 do PDT, 3 do PDC, 3 do PTB e 1 do PT.

Quanto à vinculação religiosa, 13 eram da Assembléia de Deus, 7 da Igreja Batista, 2 da Igreja do Evangelho Quadrangular, 2 da Igreja Presbiteriana Unida, 2 Igreja Presbiteriana Independente, 1 da Igreja Presbiteriana, 1 da Igreja Cristã Evangélica, 1 da Igreja Adventista do 7º dia, 1 da Congregação Cristã, 1 da Igreja de Cristo, 1 da Igreja Nova Vida e 1 da Igreja Universal do Reino de Deus.

Durante sua atuação na constituinte, os evangélicos puderam negociar seu apoio junto a outras bancadas em troca de favorecimento em questões referentes aos seus interesses. Sobre as ações da bancada evangélica na Constituinte, Leonildo Silveira Campos (2003) escreve:

Nessa bancada houve, contudo, muitos políticos evangélicos cujo comportamento destoou da ética sancionada pelas igrejas e pelos evangélicos que os elegeram. Entre outros atos julgados antiéticos destacaram-se as negociatas desenvolvidas para garantir um mandato de cinco anos para Sarney, nas quais houve a troca de dinheiro e de emissoras de rádio pelo apoio de uma não desprezível bancada com cerca de 30 membros. (Campos, 2003:87).

Não é interesse deste trabalho determinar quais comportamentos seriam considerados éticos e quais seriam considerados antiéticos dentro da atuação legislativa dos evangélicos. O que nos interessa no momento é constatar que o processo envolvendo a constituinte de 1986-1988 possibilitou aos evangélicos o acesso a uma série de recursos. Tais recursos, por sua vez, foram utilizados de modo a estimular o crescimento cada vez mais acentuado das Igrejas evangélicas no Brasil.

O acesso aos meios de comunicação de massa, juntamente com o proselitismo religioso fortalecido durante as décadas de 1960 e 1970, incentivou o crescimento dos evangélicos e permitiu que atingissem diversas camadas da sociedade e chegassem a localidades cada vez mais distantes dos grandes centros.

Ainda, tem-se como aspecto fundamental dentro de todo este processo, a inserção dos evangélicos na esfera política. O crescimento, a segmentação, a expansão e o fortalecimento dos movimentos protestantes apresentam, como fatores significativos, o acesso aos meios de comunicação de massa e a inserção na esfera política brasileira, principalmente a partir da década de 1980.

Durante seu processo histórico os protestantes, no Brasil, passaram de uma atitude de rejeição com relação às questões políticas e sociais para uma atitude de intervenção incisiva dentro da esfera pública e, mais especificamente, da esfera política. Segundo Leonildo Silveira Campos, ocorreu uma *“longa evolução na mentalidade, ação social e comportamento dos evangélicos brasileiros”* (Campos, 2003:84). Este autor afirma, ainda, que diversos fatores influenciaram essa modificação de pensamento e postura dos evangélicos. Dentre estes fatores pode-se destacar o pluralismo religioso, a concorrência e competitividade religiosa, a multiplicação dos espaços sociais e o aumento dos interesses patrimoniais. Quaisquer que sejam os fatores que atuaram neste processo, e tais fatores serão discutidos mais adiante neste trabalho, o que se pode constatar é que após um século de história os evangélicos apresentam um grande vigor dentro da sociedade brasileira e vêm ganhando cada vez mais espaço no mundo contemporâneo.

3. Evangélicos e Inserção na Política

A presença de representantes evangélicos nos poderes Legislativo e Executivo de diversos estados e municípios, além de sua significativa presença na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, demonstra a força desse segmento junto à população brasileira e reforça a sua posição de ator político importante na atual conjuntura política.

Após um considerável período de história republicana no Brasil - sem perder de vista os períodos oligárquicos e as ditaduras por que passou - é justamente no momento atual (a partir de meados da década de 1980 até hoje) que os evangélicos inserem-se de modo determinante e massivo no espaço político. Certamente diversos fatores atuaram no sentido de estabelecer as bases que permitiram e induziram esta inserção. Resta procurar identificar e definir estes fatores e compreender o modo como eles atuam, estimulando e possibilitando a relação entre evangélicos e política.

A hipótese defendida nesta seção apresenta uma conjunção de diversos fatores estruturais, culturais e contextuais que levaram a uma situação propícia à inserção dos evangélicos na esfera política.

Inicialmente, será discutida a noção de institucionalização partidária e sua aplicação ao caso brasileiro. A tese que será utilizada neste trabalho apresenta o Brasil como um país com baixa institucionalização partidária devido a diversos fatores históricos, culturais e estruturais.

Pressupondo esta baixa institucionalização partidária no Brasil (tal noção será relacionada com a própria idéia de um declínio da importância dos partidos políticos de um modo geral nas democracias ocidentais), serão discutidas as formas alternativas de mediação da relação entre sociedade civil e Estado. Tal mediação, idealmente atribuída aos partidos políticos, não é exercida de modo satisfatório pelos partidos, levando a sociedade a procurar novas formas de organização e reivindicação das suas demandas.

Uma das instituições que surgem, então, como pretensas, ou incidentais mediadoras desta relação entre sociedade e Estado é a Igreja. Atuando junto a diversas comunidades e organizando-se enquanto instituição social as Igrejas mobilizam os grupos e, centralizando suas demandas, encontram um contexto favorável para uma atuação como mediadoras da relação sociedade/Estado.

Porém, a existência de um contexto favorável à inserção na esfera política, através da mobilização de demandas de diversos grupos sociais, não é suficiente para que determinada instituição (ou segmento) social torne-se, de fato, um ator político considerável. É necessário que juntamente com uma estrutura social e um contexto favorável, a instituição possua características que viabilizem esta inserção.

Diversos segmentos, grupos organizados e instituições vêm assumindo o papel de mediador entre sociedade e Estado. Porém, nem todos transformam, ou procuram transformar, este papel de mediador em um meio de inserção na esfera política. O mesmo não ocorre com os evangélicos.

Encontrando um contexto e uma estrutura favorável, as igrejas evangélicas, principalmente pentecostais e neopentecostais, beneficiam-se de sua estrutura organizacional, de sua cosmologia e do seu conjunto de valores e crenças para estabelecer uma significativa penetração na esfera política brasileira.

Resta ainda compreender de que forma esta relação é percebida pelos fiéis e como as Igrejas transformam uma vinculação religiosa em confiança política no período eleitoral. Será apresentada a possibilidade, com base na teoria da escolha racional, de que os fiéis encontram nas Igrejas uma forma de obter informações políticas com o menor custo, já que os fiéis evangélicos possuem um maior grau de exposição às lideranças religiosas e essas lideranças possivelmente estruturam seu discurso de modo a condicionar o voto de seus fiéis.

Em resumo, o que esta seção procurará apresentar é uma reflexão a respeito da relação entre evangélicos e política a partir da análise de fatores sociais favoráveis à inserção dos evangélicos na política partidária e eleitoral. Dentre estes fatores receberão especial importância a baixa institucionalização partidária no Brasil, a fraca presença do Estado em diversos segmentos da sociedade, a própria organização das igrejas evangélicas e o menor custo, para os fiéis, em receber informações políticas das igrejas.

3.1. A Institucionalização Partidária no Brasil

Dentre as análises que tratam da questão da institucionalização partidária, optou-se, devido à proximidade teórica com este trabalho e à aguçada percepção da realidade

brasileira, pelo estudo de Scott Mainwaring, *Sistemas Partidários em Novas Democracias, O caso do Brasil*, para auxiliar a compreensão sobre a questão dos partidos políticos no Brasil.

Em seu trabalho o autor procurou verificar a existência, ou não, de uma institucionalização partidária no Brasil e o nível em que esta se encontra.

Inicialmente, o autor define o conceito de *institucionalização* da seguinte forma:

O conceito de *institucionalização* diz respeito a um processo pelo qual uma prática ou organização se estabelece e é amplamente reconhecida, quando não universalmente aceita. Os atores criam expectativas e desenvolvem orientações e comportamentos baseados na premissa de que tal prática ou organização continuará existindo em um futuro previsível. (Mainwaring, 2001:56).

A noção de institucionalização refere-se, então, a organizações estáveis, onde regras e atores apresentam uma constância dentro de um quadro previsível. Dessa forma, como afirma Mainwaring (2001:56), “*a institucionalização não exclui a mudança, mas a limita*”.

Após definir o que entende por institucionalização, o autor apresenta quatro dimensões da institucionalização partidária a partir das quais é possível avaliar determinado sistema partidário.

A primeira dimensão refere-se à estabilidade do sistema e de seus padrões de competição intrapartidária. “*Um sistema no qual os principais partidos habitualmente aparecem e desaparecem ou se tornam organizações menores não está bem institucionalizado*” (Mainwaring, 2001:57).

A segunda dimensão sugere que em sistemas mais institucionalizados os partidos têm fortes raízes na sociedade. Dessa forma, os vínculos entre os cidadãos e os partidos são mais fortes, estáveis e duradouros. “*Nos sistemas partidários mais fluidos ou menos institucionalizados, um maior número de pessoas tem dificuldade para entender o que os principais partidos representam, e poucos se identificam com alguns deles*” (Mainwaring, 2001:57).

A terceira dimensão baseia-se na legitimidade. Desse modo, os atores políticos conferem legitimidade aos partidos, considerando-os elementos necessários no processo político democrático.

Na quarta dimensão, sugere-se que as organizações partidárias fazem diferença:

Os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos; adquirem independência e importância por virtude própria. Ao contrário, a institucionalização permanece limitada se um partido é apenas instrumento pessoal de um líder ou de uma ‘panelinha’. Nos sistemas mais institucionalizados, o partido se torna autônomo em relação aos indivíduos que o criaram para fins instrumentais. (Mainwaring, 2001:58).

O autor ainda afirma que a fidelidade partidária é um aspecto presente em sistemas bem institucionalizados. Sendo que as mudanças de partidos e as alianças entre partidos de ideologias distintas demonstram uma fragilidade em determinado sistema partidário.

Ao analisar os critérios apresentados acima como indicadores do nível de institucionalização partidária, conclui-se que o sistema partidário brasileiro é, de fato, pouco institucionalizado.

O primeiro critério, referente à estabilidade dos padrões de competição entre os partidos, mostra uma considerável volatilidade eleitoral no Brasil, refletindo uma *“incapacidade dos partidos para conquistarem um eleitorado estável e fiel”* (Mainwaring, 2001:127).

O segundo critério refere-se à *“existência de raízes partidárias profundas na sociedade, de modo que a maioria dos eleitores se identifique com um partido e vote de acordo com suas simpatias partidárias”* (Mainwaring, 2001:127). De acordo com tal critério o sistema partidário brasileiro pode novamente ser classificado como pouco institucionalizado, afinal, o voto na legenda pode ser considerado uma exceção no Brasil. A maioria dos votos é designada a candidatos individuais. De acordo com dados apresentados e analisados em seu trabalho, o autor demonstra que a filiação partidária possui reduzida importância na hora do voto.

No teste do terceiro critério, novamente, evidencia-se a baixa institucionalização partidária nacional. Pois, segundo o autor, os partidos e as eleições possuem pouca legitimidade e credibilidade junto à população.

Finalmente, o autor procurou testar o critério segundo o qual em um sistema institucionalizado os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes. De modo geral, os partidos não podem ser considerados autônomos em relação aos indivíduos que os criaram para fins instrumentais.

Resumindo:

No período pós-85, o sistema brasileiro tem se mostrado pouco institucionalizado. A alta volatilidade eleitoral é um indicador da limitada estabilidade dos padrões de competição interpartidária. A reduzida penetração dos partidos na sociedade se manifesta nos baixos níveis de identificação com os partidos, na ausência do voto partidário, nas profundas descontinuidades dos padrões de apoio aos partidos e na opinião dos eleitores de que o partido não determina seu voto. Muitas pesquisas demonstram claramente a baixa legitimidade dos partidos e das eleições. (Mainwaring, 2001:178).

Em sua análise do sistema partidário brasileiro, Scott Mainwaring apresenta três tipos de fatores que explicam a baixa institucionalização partidária no Brasil. “*A ação das elites políticas e dos dirigentes do Estado, o conjunto dos atores sociais – e, portanto, o modo como as sociedades se formam e evoluem – e as normas institucionais*” (2001:99).

A respeito da ação das elites políticas e dos dirigentes do Estado, é demonstrada a maneira pela qual a formação dos partidos políticos e a própria configuração da democracia no Brasil influenciaram o processo de institucionalização.

Vários aspectos do sistema político prejudicaram o processo de construção de partidos: a exclusão das massas populares, um sistema em que elites de grande influência dominavam a política regional e desfrutavam da ampla autonomia diante dos partidos nacionais, uma ordem patrimonial em que os partidos e o Estado eram tratados como propriedades privadas das elites dominantes, e a histórica subordinação dos partidos a indivíduos poderosos. (Mainwaring, 2001:100).

Os partidos formaram-se, no Brasil, de cima para baixo. Ou seja, a partir das elites foram criados os partidos para atenderem aos interesses privados das elites brasileiras. Os partidos modernos, ou partidos de massa, surgiram apenas em 1945 devido à ampliação da participação popular nas eleições. Até então, as elites dominavam os partidos de notáveis e não demonstravam qualquer interesse em levar essa representação à população em geral.

Esta constatação explica, em parte, o caráter personalista e patrimonialista fortemente presente na política brasileira até os dias atuais e apresenta indícios referentes à baixa institucionalização partidária.

Quanto ao conjunto dos atores sociais:

A orientação regionalista, estadualista e estatal dos políticos limitou o desenvolvimento do sistema partidário nacional. O principal instrumento de representação eram os políticos, como indivíduos, e não os partidos. (...) A fusão patrimonial entre Estado, partidos e interesses econômicos não foi completamente superada. (Mainwaring, 2001:100).

A própria configuração da sociedade brasileira, cuja maior parte vivia no campo até meados do século XX, facilitava a atuação das elites no comando dos partidos.

Ainda, as regras institucionais presentes na legislação brasileira, principalmente após a constituição de 1988, demonstram uma fragilidade do sistema partidário brasileiro. As elites políticas adotaram normas institucionais adversas ao desenvolvimento dos partidos.

Uma das primeiras medidas da Nova República foi uma emenda constitucional, aprovada em maio de 1985, que reformou o sistema eleitoral. A nova lei aboliu a obrigatoriedade do voto de chapa, imposto desde 1981; permitiu a livre troca de partidos pelos parlamentares, a formação de alianças entre partidos e eliminou a cláusula de exclusão nacional para alcançar representação no Congresso. (...) Essas mudanças fomentaram a criação de muitos novos partidos em quase todos os estados da Federação, assim como no âmbito nacional. (Mainwaring, 2001:140).

Contribuíram para reduzir o nível de institucionalização partidária no Brasil as constantes intervenções militares junto ao Estado. Essas intervenções, quando não suspendiam o Congresso Nacional, reduziam a margem de atuação dos partidos. Dessa forma, tornou-se difícil a criação de raízes na relação entre os partidos e a sociedade.

Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999), ao analisarem o Legislativo e o Executivo federais procuraram demonstrar, em discordância com a tese de Mainwaring, que o sistema brasileiro apresenta partidos fortes dentro do Congresso Nacional. Segundo os autores, há mecanismos que permitem às lideranças partidárias o controle das bancadas. Tal afirmação é demonstrada empiricamente ao se observar, por exemplo, o alto índice de votações nominais em concordância com a indicação dos partidos. Porém, Figueiredo e Limongi, reconhecem a possibilidade de a legislação eleitoral alimentar estratégias individualistas e antipartidárias.

Mais do que a força dos partidos dentro do Congresso Nacional, o que nos interessa, no momento, é discutir a força dos partidos políticos enquanto representantes dos diversos segmentos sociais, como mediadores da relação entre sociedade e Estado. E nesse sentido, de acordo com a tese de Mainwaring, o que se pode perceber é um sistema partidário pouco institucionalizado junto à sociedade brasileira.

3.2. A Mediação Entre Sociedade e Estado

De acordo com Bobbio (1986:56), em uma democracia representativa a mediação entre sociedade e Estado é realizada, a princípio, pelos partidos políticos. Embora a questão seja mais bem aprofundada e discutida por Bobbio, o que nos interessa é a idéia de que são os partidos políticos que centralizam as demandas da sociedade e realizam a mediação com o Estado.

Porém, segundo o próprio Bobbio, vem ocorrendo uma redução da importância dos partidos políticos como mediadores da relação entre sociedade e Estado. Tal redução da importância dos partidos deve-se a uma extensão da democracia a espaços mais amplos da sociedade civil, incluindo diversos outros grupos sociais no processo democrático.

Embora analisem a situação através de outros referenciais teóricos, diversos autores vêm apontado na mesma direção de Bobbio ao constatarem a efetivação de várias outras formas alternativas de mediação entre sociedade e Estado, levando a (ou estimuladas por) uma redução do papel dos partidos políticos dentro do processo de representação.

As teses referentes a este surgimento de formas alternativas de mediação têm como pano de fundo uma situação de radicalização da modernidade, ou, para alguns autores, até mesmo uma pós-modernidade.

Em sua análise da esfera pública, Jürgen Habermas (1984) traça um histórico do processo que culminou com a configuração moderna de esfera pública. A distinção clara entre esfera pública e privada presente nos primeiros momentos de consolidação da sociedade burguesa européia cede lugar a uma forma mais difusa de relação que leva ao desaparecimento da esfera pública, nos moldes burgueses, como *locus* de representação das demandas de cidadãos privados. Essa dissolução da esfera pública como intermediária entre

os indivíduos privados e o Estado levou ao fortalecimento dos movimentos sociais e dos partidos políticos como representantes das demandas da população.

Marshall Berman propõe uma divisão da modernidade em 3 fases, que segue uma direção parecida com a apresentada por Habermas. Segundo Berman:

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna, mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira (...); têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna (...). Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a revolução Francesa ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. (...) Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. (...) No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, (...) à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, (...) a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. (1986:16-17).

O terceiro momento da modernidade de Berman, que para alguns é denominado pós-modernidade e para outros (Giddens, 1991; Wood, 1998 e Fridman, 1999) é na verdade uma radicalização da modernidade, caracteriza-se por uma fragmentação da esfera pública. O multiculturalismo do Ocidente comporta várias culturas dentro de um mesmo Estado-nação, cada qual com seu respectivo espaço público e demandas sociais (Sartori, 2001; Walzer, 1999).

Com a fragmentação da sociedade, passou a haver diversos grupos com diversas demandas. Os partidos políticos, mesmo em sistemas bem institucionalizados, não são capazes de acumular e organizar todas as demandas dos diversos grupos, levando a sociedade a buscar outras formas de representação e reivindicação de suas demandas.

Tal situação apresenta aspectos ainda mais complexos no caso do Brasil. Além de apresentar diversos grupos sociais com demandas das mais variadas, o Brasil, de acordo com a discussão apresentada anteriormente, possui uma baixa institucionalização partidária. Este contexto leva a uma considerável condição de sub-representação dos grupos sociais, impulsionando o surgimento de formas alternativas de representação junto ao Estado.

Ainda há, no caso brasileiro, regiões em que o Estado não atua, a não ser de modo repressivo. É neste contexto que torna-se possível pensar a participação da religião, enquanto instituição, como mediadora da relação entre grupos sociais e Estado.

Em texto vastamente citado, Regina Novaes afirma que já é bem conhecida a atuação dos evangélicos nas regiões mais carentes das cidades brasileiras. Eles são os que mais chegam às margens da sociedade. Chegam a lugares dos quais nenhuma outra instituição civil ou religiosa ousa se aproximar (Novaes, 2002) e lá promovem práticas assistenciais, programas de alfabetização, postos de atendimento de saúde, etc.. As igrejas evangélicas entram na esfera do privado (esfera reservada à religião) e, mobilizando as comunidades por elas assistidas, formam movimentos sociais atuantes na esfera pública e daí avançam para a esfera política.

Em um contexto em que, de acordo com a hipótese discutida neste trabalho, há uma baixa institucionalização partidária, uma fragmentação social que gera diversas demandas, e uma restrita e limitada atuação do Estado junto ao conjunto da sociedade, é possível entender a religião como uma das formas alternativas de mediação da relação sociedade/Estado.

Partindo-se da hipótese segundo a qual há um contexto social, estrutural e histórico favorável à atuação das instituições religiosas como mediadoras da relação entre sociedade e Estado, faz-se necessário discutir de que forma essa mediação se dá e quais as particularidades desta relação.

3.3. Organização das Igrejas Evangélicas e Atuação Política

De acordo com as teorias que apresentam as sociedades ocidentais contemporâneas como imersas em um contexto de radicalização da modernidade, pode-se pensar em uma fragmentação social que tem como conseqüências o surgimento de diversos grupos sociais, cada qual com suas demandas específicas, e, por conseguinte, a redução do papel dos partidos políticos como mediadores da relação entre esses grupos e o Estado (Bobbio, 1986), pois os grandes partidos não podem representar completamente os segmentos específicos sob o risco de perderem adesão em outros setores e os partidos específicos de

cada segmento não possuem força político-eleitoral suficiente para atuar de modo significativo dentro do espaço político.

Um dos aspectos intrínsecos à radicalização da modernidade no Ocidente é a consolidação de Estados secularizados, laicos.

A secularização do aparato jurídico-político constitui processo histórico decisivo na formação das sociedades modernas ocidentais. (...) A separação Estado-Igreja e a moderna secularização do Estado propiciam a efetivação de profundas mudanças no campo religioso. (Mariano, 2003:112).

Com a fragmentação social e a necessidade de representação dos grupos sociais, a religião surge como um potencial representante. O impulso definitivo para o estabelecimento das igrejas como mediadoras junto aos grupos sociais parece ter sido, justamente, o processo de secularização dos Estados modernos.

Instaurada pelos Estados liberais – cujo ideário político preconizava a neutralidade religiosa do Estado e a restrição da religião à vida privada ou à particularidade das consciências individuais -, a separação desmantelou o monopólio religioso, (...), e resultou na garantia legal de liberdade religiosa, na defesa da tolerância religiosa e na proteção do pluralismo religioso. Com sua secularização, o Estado, portanto, passou a garantir legalmente a liberdade dos indivíduos para escolherem voluntariamente que fé professar e o livre exercício dos grupos religiosos. (Mariano, 2003:112).

Com os Estados modernos secularizados, tornou-se possível o surgimento e o exercício de diversas outras religiões. O pluralismo religioso, em um Estado laico, leva a uma espécie de concorrência religiosa em busca da adesão religiosa da população. Sem o constrangimento jurídico de uma religião oficial, todas as outras religiões ganham, pelo menos oficialmente, legitimidade.

No Brasil não foi diferente. A partir da segunda metade do Século XX ocorreu o surgimento e fortalecimento de diversos grupos religiosos. Tal situação foi reforçada com a constituição de 1988 que, contando inclusive com a participação de legisladores evangélicos organizados, definiu o Brasil como um país laico, tratando, juridicamente, de modo igualitário as diversas organizações religiosas.

Essa liberdade religiosa levou a uma situação de concorrência proselitista entre as diversas igrejas.

Com a secularização do Estado, o fim do monopólio e a garantia estatal de liberdade e tolerância religiosas, ocorrem o aumento do número de agentes e grupos religiosos e a diversificação da oferta de produtos e serviços religiosos. Nesse contexto pluralista, as agremiações religiosas, para sobreviver e crescer, são compelidas a concorrer, disputar mercado. Para tanto, muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram, como forma de atrair clientela e recrutar novos adeptos, conquistar novos nichos de mercado. (Mariano, 2003:114-115).

O que Ricardo Mariano procura demonstrar é que o novo contexto social moderno, no Ocidente, estabeleceu condições que estimulam uma competição religiosa em busca de adeptos. Essa competição, com base em princípios semelhantes aos de um capitalismo de mercado, obrigou as igrejas a se ajustarem às novas condições e beneficiou as que melhor operaram tal ajuste.

No caso brasileiro, a situação pluralista e concorrencial consolidou-se tão-somente na segunda metade do século XX, mais de meio século depois da separação Igreja-Estado. Desde então a lógica de mercado passou a orientar as ações organizacionais, religiosas e proselitistas de vários grupos religiosos, sobretudo de certas denominações pentecostais. (Mariano, 2003:115).

Com uma lógica de mercado orientando a organização e a atuação de parte das igrejas pentecostais, torna-se possível imaginar que tais igrejas busquem diversas formas de atuação junto à sociedade. O próprio sistema de crenças das Igrejas pentecostais, incorporando a Teologia da Prosperidade⁴, estimula sua inserção em uma situação de mercado. “*A teologia da Prosperidade, decerto, cumpre importante papel no reforço da convicção pastoral de que a obtenção de lucro no desempenho das atividades denominacionais, sejam elas administrativas ou religiosas, não constitui problema ético ou religioso*” (Mariano, 2003:118).

⁴ De acordo com José Paulo Tupynambá (1999), Uma das principais características da Teologia da Prosperidade é a pregação da fé em Deus como meio primordial para se obter felicidade, assim como uma boa saúde e, principalmente, dinheiro. Dentro da Teologia da Prosperidade, a pobreza significa falta de fé.

A organização de parte das igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais e neopentecostais, com base em uma estrutura hierárquica e centralizada, voltada para um sistema de mercado, reforçada por seu próprio conjunto de crenças, torna tais igrejas aptas a se utilizarem, da melhor forma possível, do contexto social fragmentado e sub-representado da modernidade no Ocidente, principalmente em um país com baixa institucionalização partidária como o Brasil.

A importância da coincidência, na relação atual entre evangélicos e política, de um contexto social favorável e uma organização das Igrejas voltada para a lógica de mercado pode ser percebida analisando-se os fatores separadamente.

Embora existam outras formas de organização das comunidades no sentido de definir e reivindicar suas demandas, entre elas a presença de distintas organizações religiosas, a atuação dos evangélicos apresenta especial vigor no cumprimento desta função. Setores da Igreja católica, grupos kardecistas, religiões afro-brasileiras e, até mesmo, denominações evangélicas com organização distinta das apresentadas acima, atuam de modo considerável em diversos segmentos da sociedade. Porém a atuação dessas instituições dentro do espaço político não apresenta a mesma força das denominações evangélicas discutidas neste trabalho. Seja devido a uma opção por outras formas de atuação junto ao Estado, seja por uma inadequação de sua organização dentro do atual contexto social, o que se pode perceber é uma maior inserção dos evangélicos dentro do espaço político através de seu rendimento eleitoral.

Se é possível pensar determinadas denominações evangélicas como organizações mais aptas a inserirem-se no espaço político, pode-se, igualmente, pensar que a atual conjuntura também favorece tal inserção.

Um indício dessa situação é o reduzido sucesso eleitoral dos evangélicos em momentos anteriores da história política brasileira.

O comportamento e a mentalidade dos evangélicos brasileiros sofreram alterações profundas nos últimos 150 anos. Porém, a decisão de participar ativamente da política data do final da República Velha (1930), quando o evangélico começou a se inserir de uma forma menos envergonhada nas lutas partidárias do país. (...) O que teria provocado essa metamorfose nas práticas e mentalidade dos evangélicos brasileiros? (...) Nossa hipótese é a de que esse conjunto de transformações no campo cultural brasileiro, especialmente a visibilidade dos políticos escolhidos a dedo pelas igrejas, resultou

de uma longa evolução na mentalidade, ação social e comportamento dos evangélicos brasileiros, ligados a um conjunto de fatores. (Campos, 2003:84).

Desde a primeira metade do século passado os evangélicos procuram atuar dentro do espaço político. Em determinados momentos essa tentativa de inserção ocorreu de modo mais contundente, em outros momentos de modo mais tímido. Mas o fato é que apenas a partir de 1986 os evangélicos passaram a atuar de modo significativo no espaço político.

A respeito da adequação entre a organização dos evangélicos e a conjuntura social atual como um importante fator na inserção dos evangélicos no espaço político, Leonildo Silveira Campos escreve:

Essa crescente visibilidade, porém, obedece a uma lógica resultante do pluralismo religioso, da concorrência e competitividade entre as teodicéias defendidas pelas instituições religiosas, da multiplicação dos espaços sociais ocupados pelas instituições religiosas na sociedade, assim como do aumento dos interesses patrimoniais, financeiros, burocráticos e corporativos dessas mesmas Igrejas. Tais fatores levaram os pentecostais, tradicionalmente arredios à participação nas “coisas do mundo carnal”, a se tornarem mais visíveis na sociedade, primeiro na mídia, depois no campo da política. (Campos, 2003:84).

Dentre as igrejas evangélicas com maior atuação dentro do espaço político, estão a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Assembléia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Segundo diversos autores (Oro, 2001, 2003; Fonseca, 1998; Miranda, 1998; Campos, 2003) a Igreja Universal do Reino de Deus possui o sistema mais organizado no sentido de mobilização política para as candidaturas:

Desde 1997 (a Igreja Universal do Reino de Deus) adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da ‘candidatura oficial’, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe. (...) Nas eleições de 2002, a IURD apresentou algumas novidades em relação às eleições passadas. Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos. (Oro, 2003:55).

A IURD realiza, de acordo com Oro (2003), uma definição e divulgação bastante clara dos seus candidatos, procurando determinar em quem os adeptos devem votar. As outras igrejas, como a Assembléia de Deus e a Igreja Quadrangular, não apresentavam, até 2002, candidatos claramente definidos, nem procuravam determinar o voto dos adeptos. Elas apoiavam determinados candidatos e permitiam aos seus seguidores a escolha livre. A partir de 2002 essas duas igrejas, ao verificar o maior sucesso da IURD nas urnas, passaram a buscar uma organização política mais próxima à da IURD, sem com isso tentar criar um sistema idêntico. O que se vem tentando realizar nessas igrejas é uma definição prévia dos candidatos e uma tentativa de indicá-los de forma mais clara aos adeptos, podendo, como ocorre com a Igreja Quadrangular, chegar a exercer pressão, de forma semelhante à IURD, sobre os adeptos eleitores. No caso da Igreja Quadrangular há ainda a realização de reuniões prévias, semelhantes às realizadas pelos partidos políticos, para a indicação de seus candidatos.

O que permite, segundo a hipótese defendida neste trabalho, o vigor da atual participação dos evangélicos no espaço político é um conjunto de fatores que leva em conta desde a fragmentação social, até a própria organização e sistema de crenças de determinadas igrejas. Contribuem para tal situação, ainda, a baixa institucionalização partidária no Brasil, a sub-representação de diversos grupos sociais e a secularização do Estado.

Resta tentar compreender, se é que isto é possível, o modo pelo qual os evangélicos transformam sua atuação junto aos grupos sociais em voto.

3.4. Comportamento Eleitoral e a Transformação de Fé em Votos

A partir de uma interpretação da aplicação da teoria da escolha racional ao comportamento eleitoral é possível supor que os eleitores procuram uma maximização da relação entre custo e benefício quando se trata da determinação de seu voto. Como afirma Downs (1999:238), *“a tomada de decisão é um processo que consome tempo e outros recursos escassos; desse modo, deve-se praticar economia na determinação de quantos recursos serão empregados nele”*. O que se busca é realizar a melhor escolha possível despendendo o menor esforço. Cabe ressaltar que tal modo de proceder não implica

necessariamente em um voto que, de fato, possa ser considerado o melhor para o eleitor. É possível que o voto não se concretize em realizações positivas para o eleitor, porém, dentro da lógica de quem vota, aquela era a melhor opção a partir do custo com o qual o eleitor decidiu arcar no pleito em questão.

Uma das formas de se reduzir os custos da aquisição de informações ao se tomar decisões é recorrer a informações subsidiadas.

Devido à divisão do trabalho, a maioria dos cidadãos, nas democracias modernas, não reúnem por si mesmos a informação de que necessitam para tomar decisões políticas. Milhares de agentes especializados juntam, interpretam e transmitem essa informação, tornando-a disponível aos cidadãos numa enorme variedade de formas (...). Mas como os recursos que qualquer cidadão pode dedicar ao pagamento e assimilação de dados são limitados, ele se acha numa situação de escolha econômica: dessas muitas fontes de informação, ele tem que selecionar apenas algumas às quais recorrer. (Downs, 1999:232).

Dessa forma, os eleitores apresentam uma *racionalidade de baixa informação* (Popkin, apud Carreirão, 2002:50). De acordo com a análise de Yan Carreirão (2002), segundo Samuel Popkin, o termo *racionalidade de baixa informação* designa um tipo de pensamento prático, do eleitor, sobre governo e política, segundo o qual combina-se, de forma econômica, aprendizado e informação de experiências passadas da vida cotidiana, da mídia e das campanhas eleitorais.

Resumindo, Popkin afirma que, a despeito das muitas formas de informação que os eleitores adquirem no seu cotidiano, há grandes falhas em seu conhecimento sobre o governo e a política. Para superar essas limitações, eles usam atalhos (shortcuts) para obter e armazenar informações e avaliá-las. Além disso, os eleitores agem como bombeiros que esperam sinais de alarme (acontecimentos políticos mais relevantes; campanhas eleitorais), ao invés de patrulhar continuamente, como policiais. Isso os resguarda de ter que se informar continuamente sobre muitos assuntos. É mais sensato usar (como “atalhos”) informações vindas de pessoas em quem eles confiam. (Carreirão, 2002:51).

A utilização de informações vindas de pessoas em quem os eleitores confiam permite que haja uma credibilidade referente aos dados recebidos. Ainda, os eleitores procuram, para a obtenção de informações, fontes mais próximas de seus princípios.

Quando os cidadãos confiam em outrem para lhes relatar acontecimentos, a racionalidade decreta que eles selecionem aqueles repórteres que lhes fornecem versões de acontecimentos que se aproximem estreitamente das versões que eles próprios formulariam, caso fossem testemunhas oculares especializadas. Para conseguir isso, eles têm que escolher repórteres cujos princípios de seleção são quase tão idênticos aos seus próprios quanto possível. Então, as inclinações inevitáveis dos repórteres auxiliarão sua tomada de decisão, em vez de dificultá-las. (Downs, 1999:233).

Se entendermos a religião como um sistema de crenças e valores que interfere diretamente na *visão de mundo* do indivíduo religioso, então é possível pensar que as lideranças religiosas e os indivíduos que compartilham das mesmas crenças apresentam uma visão de mundo bastante próxima à do eleitor religioso.

Em entrevista concedida para esta pesquisa em agosto de 2005, o líder da Frente Parlamentar Evangélica, Adelor Vieira, do PMDB de Santa Catarina e membro da Assembléia de Deus, afirmou que:

Acho que o eleitor procura identificar-se com seu candidato, partilhar com seus sentimentos, seus princípios, sua forma de agir, concordar com a expressão do seu pensamento. Em segundo lugar eu acho que no campo representativo, nas eleições proporcionais, o voto é representativo de segmentos da sociedade. Você vota em um indivíduo e também pesa muito qual o segmento da sociedade que ele representa. (Adelor Vieira)

A hipótese proposta neste trabalho é a de que a determinação, ou o condicionamento, do voto por parte das igrejas permite aos fiéis a transposição do custo referente à sua adesão religiosa, para a escolha eleitoral. Dessa forma o custo seria mínimo, já que o exercício da fé ocorreria independente do pleito eleitoral e a opção proposta pela Igreja renderia, de acordo com a lógica do adepto/eleitor, os maiores benefícios. Para que seja possível entender de que modo a opção apresentada pela igreja é considerada a melhor pelos fiéis é necessário compreender a relação entre adepto e liderança religiosa evangélica e a própria estruturação dos discursos apresentados por essas lideranças. Ainda, cabe

ressaltar que, em muitos casos, as atividades religiosas não constituem um custo, mas um prazer, tornando a relação custo/benefício ainda mais positiva.

Inicialmente, é importante compreender quem são os grupos onde as igrejas evangélicas atuam e qual a natureza dessa relação.

Os estudos referentes ao comportamento eleitoral dos fiéis evangélicos apresentam várias razões para que a fé religiosa transforme-se em voto no período eleitoral. O aspecto socioeconômico, a forte influência da igreja nas comunidades menos favorecidas, a própria ética da religião evangélica e o nível de escolaridade entram, segundo a bibliografia, como fatores na determinação do voto do fiel por parte das igrejas.

Regina Novaes (2002) apresenta como fator fundamental para o comportamento eleitoral dos evangélicos a influência das igrejas evangélicas em localidades em que o Estado não atua de fato. *“A rigor, hoje, quando se fala sobre os pentecostais, fala-se sobretudo dos ‘pobres’ nas cidades (...) é nas áreas pobres que igrejas pentecostais se alastram”* (pág.80). Citando novamente Novaes:

os evangélicos são os que mais chegam às margens da sociedade. Chegam a lugares dos quais nenhuma outra instituição civil ou religiosa ousa se aproximar. Esta presença, nas margens periféricas da sociedade, logra produzir alívio em autoridades políticas responsáveis pela segurança pública. Porém, como os pentecostais não estão apenas nas margens – estão também no centro, isto é, nos meios de comunicação e no Parlamento – também produzem preocupação. (Novaes, 2002: 81).

Como foi dito anteriormente, as igrejas evangélicas chegam a essas localidades marginais, muitas das quais não recebem a presença do Estado, a não ser de forma repressiva, e desenvolvem trabalhos comunitários em benefício da população local, mobilizando, assim, um grande número de indivíduos dentro das comunidades. Como conclui Ari Pedro Oro *“os evangélicos constituem uma fonte de mobilização política de setores sociais desfavorecidos. Para muitas pessoas, participar de uma igreja como a IURD significa a primeira experiência de ‘conversar sobre política’ e de valorizar o voto”* (Oro, 2003:65).

Já foram discutidos anteriormente os fatores que, de acordo com a hipótese aqui defendida, influenciaram esta atuação das Igrejas evangélicas como mediadores da relação entre sociedade e Estado.

Em artigo publicado em 2004, Simone Bohn, utilizando-se de dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)⁵ 2002, também analisa a forma como o aspecto socioeconômico atua sobre o comportamento eleitoral dos evangélicos. Segundo Bohn, os evangélicos, que constituem cerca de 15% da população brasileira, de fato advêm de estratos sociais de baixa renda. Seu estudo mostra que cerca de 67,7% dos evangélicos recebem mensalmente, no máximo, dois salários mínimos, enquanto que apenas 8,9% da população com mais de seis salários mínimos mensais estão filiados às igrejas evangélicas (2004:297).

Embora os dados demonstrem que a maior parte dos evangélicos situa-se nos estratos de baixa renda, essa afirmação, isoladamente, apresenta pouco poder explicativo a respeito do comportamento eleitoral dos evangélicos. Na mesma pesquisa constatou-se que, assim como ocorre com os evangélicos, a maior parte dos católicos e adeptos de religiões afro-brasileiras também possuem renda mensal de até dois salários mínimos.

Comparativamente, não é possível, com os dados a respeito do nível de renda, apresentar qualquer conclusão sobre o comportamento eleitoral dos evangélicos. Porém, os dados confirmam a análise de Regina Novaes a respeito da atuação dos evangélicos entre as camadas mais “pobres” da sociedade.

Dessa forma, pode-se supor que, de fato, os evangélicos chegam às áreas marginais da sociedade e conseguem mobilizar as comunidades de modo a condicionar sua opção na hora do voto.

Outro aspecto importante na categorização dos fiéis evangélicos é o nível educacional. Continuando sua análise a respeito dos eleitores evangélicos, Simone Bohn apresenta dados referentes ao nível de escolaridade dos fiéis evangélicos. Segundo Bohn, 54,04% dos evangélicos analisados em sua pesquisa possuem curso fundamental incompleto, sendo que apenas 5,56% apresentam curso superior. Ocorre, de acordo com os dados, uma relação linear negativa entre nível educacional e pertencimento à religião

⁵ Simone Bohn utilizou-se de um *survey* pós-eleitoral, realizado em todas as regiões brasileiras no período de 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002, que compõe o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

evangélica (Bohn, 2004). Dessa forma, quanto maior o nível educacional menor o número de evangélicos.

Assim como aconteceu com os dados referentes ao nível de renda, a escolaridade também apresenta semelhança com relação à religião católica e às religiões afro-brasileiras. Ambas as religiões apresentam grande quantidade de adeptos com curso fundamental incompleto e uma pequena parcela com curso superior, sendo que em todos os casos (evangélicos, católicos, e adeptos de religiões afro-brasileiras) a parcela de adeptos com curso fundamental incompleto é bastante superior às outras escalas de escolaridade (fundamental completo, secundário e superior).

Se há uma grande semelhança entre fiéis de religiões afro-brasileiras, católicos e evangélicos a respeito do nível de renda e escolaridade, o estudo de Simone Bohn apresenta alguns dados que permitem diferenciar de forma clara os evangélicos em relação às outras religiões.

A variável apresentada pela autora que permite diferenciar os evangélicos das demais religiões e nos abre algumas portas para a compreensão do poder político dos evangélicos é o que se denominou como *grau de exposição à autoridade religiosa*.

Esta variável nada mais é do que a frequência com que os fiéis participam de missas e cultos:

desse modo, um baixo grau de religiosidade indica que o fiel raramente vai a missas e cultos ou só participa deles algumas vezes por ano. Fiéis que possuem um nível médio de religiosidade vão à igreja uma ou duas vezes por mês. Já o nível alto é composto por pessoas que vão à missa ou ao culto uma ou mais vezes por semana. (Bohn, 2004:303).

Embora a variável *grau de exposição à autoridade religiosa* comporte alguns aspectos que devem ser considerados – tais como as diferenças de práticas religiosas entre as igrejas, as formas rituais distintas e as próprias diferenças relativas à necessidade de presença no local da missa ou culto – o que surge como ponto fundamental é a quantidade de tempo no local da missa ou culto e a forma como isso pode transformar-se em algum tipo de controle por parte das autoridades religiosas.

Segundo os dados referentes ao grau de exposição à autoridade religiosa, os evangélicos apresentam cerca de 82% dos fiéis dentro do grupo considerado com alto grau

de exposição, ou seja, cerca de 82% dos fiéis evangélicos vão ao culto uma ou mais vezes por semana. Para que se possa comparar, os adeptos de religiões afro-brasileiras, que ficaram na segunda posição com maior grau de exposição, apresentaram cerca de 50% de seus fiéis com um alto grau de exposição, enquanto que os kardecistas apresentam 49,18% e os católicos apenas 35,71% dos fiéis com alto grau de exposição. Ainda, os evangélicos apresentaram o menor número de fiéis com baixo grau de exposição (9,7%), enquanto que católicos, kardecistas e adeptos de religiões afro-brasileiras apresentaram, respectivamente, 40 %, 33 % e 32 %.

Essa alta participação dos evangélicos em cultos e atividades da Igreja sugere uma maior exposição ao discurso apresentado pelas igrejas e suas lideranças. Este discurso, supõe-se, tem como um dos objetivos (no plano político) demonstrar que o voto no candidato da igreja pode ser considerado o melhor voto para o adepto/eleitor.

De acordo com o que vem sendo analisado por pesquisadores e estudiosos, há dois tipos de discurso definidos, o discurso laico, embora carregado de valores religiosos, e o discurso religioso propriamente dito.

No discurso laico são apresentados argumentos referentes a valores da ética protestante. Fala-se na necessidade de se defender os valores da família e da igreja, na importância de se conseguir recursos para as comunidades e para as igrejas (algo que boa parte da literatura define como um tipo de clientelismo e patrimonialismo), na obrigação de se fazer representar no espaço político, etc.

Quanto ao discurso religioso, há uma tentativa de se sacralizar o espaço político. Tenta-se ampliar o espaço sagrado para além da igreja, ou dos lares. Segundo Ari Pedro Oro, a IURD utiliza-se:

de um discurso que traz para o campo político importantes elementos simbólicos do campo religioso (...). Portanto, para a IURD, e outras igrejas pentecostais ou reformadas, a corrupção é a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de reserva moral da sociedade. (Oro, 2003:53-57).

O Congresso, ou a Prefeitura, ou o Senado, o espaço político em geral, é apresentado como um espaço “endemoniado” onde imperam atitudes satânicas de

realização de prazeres individuais. Naquele espaço deve-se travar uma espécie de guerra santa e os evangélicos precisam atuar neste espaço para limpá-lo da impureza dos políticos corruptos.

A construção de uma outra sociedade e de uma outra política subentende a vitória na guerra espiritual em que a igreja está inserida. Ou seja, a IURD, mas não só ela, apela diretamente para o discurso das “forças invisíveis” que atuam na política. Mais especificamente, a simbólica da diabolização que constitui o eixo a partir do qual o universo simbólico desta guerra é construído é a chave pela qual a Universal conclama seus fiéis a participarem da política para vencer o satanás. (Oro, 2003:58).

É importante lembrar que o conceito de sagrado utilizado aqui é o que vem da tradição durkheimiana, onde tanto o bem, quanto o mal, atuam como forças sobrenaturais; em oposição ao profano, que é o natural, o visível, o cognoscível.

Tal crença em valores sagrados referentes à atuação política pode ser identificada em discursos dos membros da Frente Parlamentar Evangélica, como por exemplo no pronunciamento do Presidente da Frente Parlamentar Evangélica deputado Adelor Vieira na 1ª Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos:

Nós, da Frente Parlamentar Evangélica, entendemos que temos uma missão a cumprir no Congresso Nacional, e que Deus nos enviou para influenciar as políticas públicas do governo, isto é, acompanhar e fiscalizar, manifestando-nos quanto aos aspectos mais importantes da sua aplicabilidade. (Adelor Vieira).

Este pronunciamento do deputado Adelor Vieira será citado novamente mais adiante e indica a estreita relação entre atuação parlamentar e missão religiosa presente no discurso e nas ações dos parlamentares evangélicos.

De acordo com um pequeno estudo, publicado em 2004, realizado em Porto Alegre e regiões próximas, Valdir Pedde apresenta uma sutil distinção entre a Assembléia de Deus e as demais igrejas. “Com exceção da maioria dos pastores da AD, podemos observar que a IEQ e a IURD usam o discurso da batalha espiritual como elemento fundamental para o discurso interno, ou seja, para o convencimento de seus fiéis a votarem em seus candidatos”. (Pedde, 2004:115).

Estas duas tendências de discursos geralmente caminham juntas nos períodos pré-eleitorais. De qualquer forma em ambos os discursos está fortemente presente a defesa de valores éticos evangélicos, definidos por alguns autores (Martins, 1994; Bohn, 2004) como valores conservadores e tradicionais.

Essa forte exposição dos fiéis evangélicos às autoridades religiosas e às suas estratégias políticas pode indicar a forma como o processo de transformação da fé em voto se realiza.

Resumindo, o que esta seção procurou apresentar foi uma reflexão com base na hipótese segundo a qual a decisão de voto dos fiéis evangélicos é, de acordo com a teoria da escolha racional, definida considerando-se uma relação de custo/benefício. Para reduzir os custos na obtenção de informações políticas, o fiel/eleitor utiliza-se de informações e análises de terceiros. Essas informações devem vir de informantes que possuam a confiança do eleitor e apresentem, geralmente, visões de mundo semelhantes às suas. Considerando-se a influência do conjunto de valores religiosos na formação da visão de mundo de indivíduos religiosos, juntamente com a confiança depositada nas lideranças da religião em questão, os membros e líderes das igrejas podem ser considerados como potenciais informantes dentro de uma *racionalidade de baixa informação*.

O alto grau de exposição às lideranças religiosas permite que essas lideranças apresentem um discurso estruturado no sentido de condicionar o voto dos fiéis, demonstrando que tal voto é o melhor dentre as opções existentes.

Ainda, considerando-se que grande parte dos fiéis evangélicos pertence às camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira e que em suas comunidades, ao invés do Estado, quem realiza trabalhos comunitários são as Igrejas, parece bastante plausível que, mesmo que não concordem com o discurso das lideranças religiosas, os fiéis votem de acordo com a instituição que ali realiza atividades assistenciais benéficas para a comunidade.

Seja em virtude do discurso religioso, seja em virtude do discurso laico, ou ainda, em virtude de uma análise das atividades locais, parece não haver nada de irracional na opção dos fiéis em votar de acordo com as Igrejas.

4. A Frente Parlamentar Evangélica

4.1. Da Bancada à Frente Parlamentar Evangélica

Como já foi apresentado anteriormente, a bancada evangélica na Câmara dos Deputados surgiu a partir da Constituinte de 1986. A possibilidade de que a nova Constituição declarasse o Brasil como um país oficialmente católico mobilizou a comunidade evangélica que procurou uma participação mais significativa nos processos legislativos brasileiros. Dessa forma, foram eleitos 33 deputados federais evangélicos em 1986. Desde então a representação dos evangélicos vem aumentando e sua atuação se diversificando dentro do Legislativo. A partir das eleições de 2002 os evangélicos elegeram 58 deputados federais e 3 senadores da república, além de diversos vereadores, deputados estaduais, prefeitos e alguns governadores.

A atuação da bancada evangélica, desde 1986, concentrou-se no sentido de defender interesses das Igrejas evangélicas e seus valores dentro da sociedade. Nesse sentido o grande aumento no número de evangélicos no Brasil, ocorrido fortemente nas décadas de 1980 e 1990, deve-se em boa parte à atuação da banca evangélica que, de acordo com alguns autores (Campos, 2003; Martins, 1994), conquistou benefícios importantes para a atuação proselitista das Igrejas.

Sobre esse momento inicial da bancada evangélica dentro do Legislativo o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Adelor Vieira comenta:

(...) A partir de 1988. Até então parece que as Igrejas, os evangélicos propriamente ditos, eles ficavam mais à margem, por opção: “não, não tenho nada a ver com isso, isso aí não é para nós”. E aí o Estado, o país estava perdendo uma grande parcela de contribuição, uma força trabalhadora, uma força intelectual, uma parceria que tem dado certo e que não era considerada na área da educação, na área da saúde, na área da assistência social, na área de recuperação de vida no que diz respeito ao seu estado social, psíquico, espiritual. Então isso passou a ser considerado, passou a ser valorizado. E a partir de então se viu ali um crescimento e hoje você pode detectar que existe uma grande interação,

uma grande participação dos evangélicos na sociedade que, até então, participavam apenas com o seu voto. (Deputado Adelor Vieira)⁶.

Possuindo sua maior bancada em todos os tempos dentro do Legislativo, os evangélicos, por iniciativa do deputado Adelor Vieira, criaram em 18 de setembro de 2003 a Frente Parlamentar Evangélica.

A Frente Parlamentar Evangélica foi uma iniciativa do Deputado Adelor Vieira, em setembro de 2003, quando realizamos a primeira amostra de ação missionária transcultural e no encerramento da sessão solene em 9 de setembro de 2003 nós fizemos a oração e empossamos a primeira diretoria. Na época a FPE possuía 58 deputados federais e 3 senadores. (Deputado Pastor Pedro Ribeiro)⁷.

Como afirma o deputado Pastor Pedro Ribeiro, “*A Frente surgiu dessa necessidade de estarmos articulados*”. Articulados, os membros da Frente Parlamentar Evangélica não só atuam dentro do Legislativo Federal, como também expandem essa organização a diversos estados e municípios brasileiros. Já existem Frentes Parlamentares Evangélicas nas Câmaras estaduais do Acre, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul. E em Abril de 2006 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica de Santa Catarina. Essa expansão das Frentes Parlamentares Evangélicas reflete a importância desse segmento dentro da sociedade – hoje os evangélicos representam mais de 15% da população brasileira – e o seu nível de organização no que se refere à atuação política.

4.2. Definição e Finalidade da Frente Parlamentar Evangélica

De acordo com seu estatuto (2003), “*a Frente Parlamentar Evangélica é uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil*”. Segundo seu presidente, o deputado Adelor Vieira, do PMDB de Santa Catarina e membro da Assembléia de Deus: “*A Frente Parlamentar Evangélica tem as mesmas*

⁶ Entrevista concedida a esta pesquisa pelo Deputado Adelor Vieira na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 5 de agosto de 2005.

⁷ Entrevista concedida a esta pesquisa pelo Deputado Pastor Pedro Ribeiro na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 17 de agosto de 2005.

prerrogativas, os mesmos direitos e as mesmas obrigações que todas as outras Frentes Parlamentares do Congresso Nacional”.

Dessa forma, a Frente Parlamentar Evangélica é uma formalização que representa o nível organizacional dos evangélicos dentro do espaço político e possui característica suprapartidária e interdenominacional. Ou seja, possui membros de diversos partidos e das mais variadas denominações evangélicas, incluindo membros de Igrejas tradicionais, pentecostais e neopentecostais.

Ainda, no que se refere à sua finalidade, de acordo com seu estatuto (2003):

São finalidades da Frente Parlamentar Evangélica: 1) Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução; 2) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação; 3) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra.

Na primeira edição de sua revista, de novembro de 2004, a Frente Parlamentar Evangélica apresenta como sendo sua missão: *“Influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e aos bons costumes”*. A forte defesa de valores presentes na ética religiosa evangélica - como a família, a moral e os bons costumes, por exemplo - surge como uma das principais finalidades da Frente, além da defesa de interesses mais específicos das próprias Igrejas evangélicas.

Sobre a finalidade da Frente Parlamentar Evangélica, o Deputado Adelor Vieira comentou:

A Frente foi constituída aqui no Congresso Nacional com a finalidade de acompanhar as políticas públicas do governo, principalmente no que diz respeito à saúde e à segurança pública. Ela também foi criada com o propósito de defender a família no que diz respeito à moral e aos bons costumes. E aí é muito envolvente. Desde a garantia de empregos, salário condigno para o trabalhador, a tranquilidade de uma aposentadoria que possa garantir a sua gente, a questão de políticas para a juventude, o combate ao narcotráfico e a atenção na questão das drogas no que diz respeito à

prevenção. Iremos investir muito na prevenção e na recuperação dos jovens já dependentes e também na repressão. Esses são os pontos principais. Evidente que também a defesa de um Estado laico para que haja liberdade religiosa, inclusive tivemos que fazer uma inserção forte agora porque o novo código civil deixou, não só as Igrejas, mas também os partidos políticos à margem. Essa questão é fundamental, no caso da liberdade religiosa. Na questão da família, preservação da família a começar pela manutenção do casamento, preservação da espécie através da união civil não de pessoas do mesmo sexo, nós trabalhamos contra a união civil de pessoas do mesmo sexo. E também em defesa da vida, nós trabalhamos fortemente contra qualquer tentativa de aborto, resumindo mais ou menos é essa a nossa missão.

O que se pode perceber através do relato de seu presidente é que a Frente Parlamentar Evangélica tem como finalidade uma atuação voltada para questões sociais mais amplas – como a recuperação de dependentes químicos e as questões da saúde e da segurança pública – além de uma atuação voltada para a defesa de valores religiosos evangélicos mais específicos – a proibição da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a proibição do aborto, por exemplo - sendo que, como já foi dito, ainda há uma atuação clara no sentido de defender interesses específicos das Igrejas. Mais adiante será discutida a atuação da Frente no sentido de cumprir com as finalidades definidas e as realizações efetuadas por ela.

4.3. Organização e Atuação da Frente Parlamentar Evangélica

A Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal possui, como membros integrantes, os parlamentares da atual legislatura e, como membros colaboradores, ex-parlamentares, parlamentares estaduais e vereadores.

Sobre sua organização, de acordo com seu estatuto, são órgãos da direção da Frente Parlamentar Evangélica:

1) A assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos; 2) A mesa Diretora, integrada por Presidente, cinco Vice-Presidentes, com três Tesoureiros, cinco Secretários e cinco Vogais; 3) O Conselho Fiscal, constituído por sete membros Titulares e cinco Suplentes.

Ainda, o estatuto determina que a Assembléia Geral:

Reunir-se-á ordinariamente duas vezes a cada ano, no mês de abril e agosto, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa ou pela expressiva manifestação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos.

A Frente possui em sua diretoria os Deputados: Adelor Vieira (Presidente); Pastor Pedro Ribeiro, João Batista, Pastor Reinaldo, Wanderval Santos e Pastor Almir Moura (Vice-Presidentes); Zelinda Novaes, Milton Cárdis, Isaías Silvestre, Lincoln Portela e Neucimar Fraga (Secretários); Takayama, Henrique Afonso e João Campos (Tesoureiros); Valdenor Guedes, Gilmar Machado e Raimundo Santos (Vogais); e Gilberto Nascimento, André Zacharow, João Mendes de Jesus, Nilton Capixaba, Agnaldo Muniz e Philemon Rodrigues (Conselho Fiscal). Ainda há a presença do senador Marcelo Crivella como membro do conselho Fiscal.

Além das reuniões semestrais os membros da Frente reúnem-se, segundo informou o Deputado Pastor Pedro Ribeiro, pelo menos quinzenalmente. Há ainda reuniões extraordinárias e reuniões de emergência sempre que alguma matéria de interesse da Frente vai a Plenário para ser votada. Segundo o deputado Adelor Vieira, nessas reuniões: *“a gente discute as questões, ouve os prós e os contras, analisa, e aí cada um faz a sua opção de voto”*. Ou, como afirma o deputado Pastor Pedro Ribeiro:

A FPE vem se reunindo, no mínimo, quinzenalmente. Tratando de assuntos quando se de repente surge um assunto mais urgente, uma votação que não se está esperando e é perigosa, é ruim ou coisa assim; a gente se reúne aqui mesmo na Casa, a gente se mobiliza e trata de fazer frente àquele problema, resolvendo, ou não permitindo que ele ande, ou enterrando de uma vez por todas. (Deputado Pastor Pedro Ribeiro).

A Frente também realiza, sob a coordenação do Deputado Pastor Pedro Ribeiro, cultos todas as quartas-feiras no horário de 8:30 às 10:00 horas no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Ainda, realizou-se em março de 2004 no Salão Negro da Câmara dos Deputados um culto de ação de graças marcando o início das atividades legislativas daquele ano. Durante os cultos, que são abertos ao público e possuem grande participação dos

funcionários da Câmara⁸, ocorrem os louvores e as pregações dos pastores evangélicos presentes. Sobre a importância dos cultos o Presidente da Frente Parlamentar declara: *“Então nós mantemos um culto aqui todas as quartas-feiras. A gente se reúne para um momento de louvor, de adoração, isso é muito bom. A maioria de nós está longe da família, longe da comunidade, longe de tudo”* (Deputado Adelor Vieira).

A realização dos cultos no espaço da Câmara dos Deputados permite identificar pelo menos duas consequências, uma manifesta e outra latente, resultantes da ocorrência de ritos religiosos evangélicos dentro do Congresso Nacional. Como consequência manifesta é possível destacar o fortalecimento das relações de solidariedade religiosa entre os membros do culto através da reafirmação da fé e da ação ritual propriamente dita. Como afirma o Deputado Pastor Pedro Ribeiro: *“desde o início da Legislatura e da realização dos Cultos, há um entrosamento e uma crescente amizade, respeito e consideração entre os deputados de todas as denominações presentes na Casa”*. Um exemplo da importância da realização dos cultos foi o estreitamento das relações entre as outras denominações e a Igreja Universal do Reino de Deus. Inicialmente identificou-se uma dificuldade na presença dos parlamentares da IURD nos cultos devido à realização de outro culto no mesmo horário especificamente para os membros da IURD. Por intermédio do deputado Pastor Pedro Ribeiro sugeriu-se a realização de um culto único que incluísse todos os evangélicos na Câmara dos Deputados. A partir de então os cultos contaram com a presença dos membros da IURD e, devido a esta presença, a participação de indivíduos nos cultos chegou a triplicar em alguns momentos.

Como consequência latente pode-se destacar a ocorrência de uma sacralização do espaço político. Como foi discutido anteriormente, o espaço destinado para a religião dentro do Estado laico restringe-se, pretensamente, à esfera privada. A realização de cultos religiosos em plena Câmara dos Deputados permite a transposição da prática religiosa para o espaço público. Mesmo que não haja a intenção, por parte dos religiosos, de operarem tal transposição, o que ocorre é uma prática religiosa ritual dentro do Congresso Nacional. Essa prática ritual apresenta-se como uma manifestação do sagrado devido ao seu caráter religioso, transformando desse modo o próprio espaço em um espaço sagrado. Essa

⁸ Informações presentes na Revista da Frente Parlamentar Evangélica, ano 1, nº 1. E nas entrevistas dos deputados Adelor Vieira e Pastor Pedro Ribeiro.

sacralização do espaço legislativo permite aos parlamentares evangélicos uma percepção de sua atuação parlamentar voltada não apenas para as questões profanas, ordinárias do dia-a-dia, mas também para questões sagradas. Como afirma o Deputado Adelor Vieira:

Nós, da Frente Parlamentar Evangélica, entendemos que temos uma missão a cumprir no Congresso Nacional, e que Deus nos enviou para influenciar as políticas públicas do governo, isto é, acompanhar e fiscalizar, manifestando-nos quanto aos aspectos mais importantes da sua aplicabilidade.⁹

A forte ligação entre prática parlamentar e crença religiosa presente nos membros da Frente Parlamentar Evangélica concretiza-se nas atuações da Frente dentro do Legislativo. Cabe ressaltar que a atuação dos membros da FPE vai muito além da defesa dos interesses da própria Frente. Os membros da Frente também possuem atuação voltada aos interesses de seus partidos, de suas bases eleitorais e de seus segmentos sociais específicos. Porém, serão aqui apresentados apenas os principais focos de atuação da FPE desde a sua criação.

Entre as propostas sugeridas pela Frente Parlamentar Evangélica estão:

Elaborar projetos de Lei salvaguardando a moral e os bons costumes; promover ações visando a agregação familiar; priorizar ações na área social; incentivar o segmento religioso a colocar-se à disposição dos governos municipal, estadual e federal quanto a projetos sociais e educacionais; estender a criação de Frentes Parlamentares Evangélicas no Distrito Federal e Municípios brasileiros; trabalhar pela erradicação do analfabetismo; discutir assuntos de interesse dos municípios; patrocinar a realização anual da Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos.¹⁰

Diversas ações da Frente foram realizadas desde a sua criação. Dentre elas podemos destacar:

Criação do GAPE – Grupo de Assessoria aos parlamentares evangélicos; discussão sobre o Projeto de Reforma Política; debate sobre o programa de redução de danos do Ministério da Saúde (distribuição de preservativos e kits para usuários de drogas); apoio à instalação da Frente Parlamentar Evangélica no Distrito Federal e em outros estados; audiência com o ministro das

⁹ Pronunciamento do Deputado Adelor Vieira na 1ª Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos.

¹⁰ Informações presentes no comunicado oficial da Frente Parlamentar Evangélica.

comunicações sobre concessões de rádio e TVs; reconhecimento dos cursos de Teologia no Brasil; apoio ao programa de erradicação do analfabetismo no Brasil; audiências com ministros de Estado; acompanhamento e aprovação da Lei 634/03, alterando o novo Código Civil; discussão e deliberação sobre o projeto de biossegurança (clonagem humana); discussão sobre o projeto de Lei que restringe a programação religiosa na rádio e na TV; discussão sobre a Lei do Som – Meio Ambiente; discussão sobre a contribuição previdenciária aos ministros religiosos. (Revista da Frente Parlamentar Evangélica, novembro de 2004, ano 1, nº1).

Sobre a atuação da FPE, o deputado Pastor Pedro Ribeiro revelou:

Pesquisa com células-tronco embrionárias. Nós somos a favor da pesquisa com células-tronco, mas pesquisas com células-tronco adultas, do cordão umbilical, da medula, da placenta. Nós somos a favor da pesquisa com células-tronco, mas não embrionárias. (...) tem caso de aborto, caso de casamento com pessoas do mesmo sexo, drogas, armas, entre outras coisas. Além disso, que é a questão religiosa, o próprio funcionamento da Igreja: quando chegamos aqui tinha sido recém aprovado o novo código civil, que jogava a Igreja para a condição de associação. E graças a Deus, aqui do meu gabinete, eu me levantei dizendo “não”, a Igreja não será associação. Fiz várias conferências, vários encontros, mobilizei a FPE, o Deputado Adelor (Vieira) nomeou o Deputado Takayama para ser o coordenador do esforço. Esforçamo-nos e no dia 22 de dezembro de 2003 o Presidente Lula assinou a Lei 10.825. Esta Lei é clara em dizer que a Igreja é livre para a sua estruturação, para a estrutura dos seus documentos, dos seus estatutos e a nação não pode interferir. Então só com esse trabalho nós libertamos todas as Igrejas, de todas as denominações, inclusive a Católica, de ser tida como associação. (Pastor Pedro Ribeiro).

Certamente a votação do novo Código Civil foi um dos pontos que contou com grande mobilização da FPE. A possibilidade de se definir as Igrejas como Associações permitiria a intervenção do Estado sobre as Igrejas, além de obrigar os pastores a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo e possibilitar que qualquer pessoa pudesse fazer parte da presidência dos ministérios religiosos. Após grande esforço, a Frente conseguiu alterar o Código, permitindo que as Igrejas operassem de acordo com seus próprios estatutos.

Sobre Programa de Redução de Danos do Ministério da Saúde, os parlamentares evangélicos criticam a distribuição gratuita de preservativos a crianças e adolescentes. Tal

ato, de acordo com o Deputado Adelor Vieira, pode vir a estimular uma sexualidade precoce nas crianças e adolescentes que recebem os preservativos.

Também há a atuação para que se permita que templos religiosos possam realizar seus cultos sem o impedimento imposto pela proibição da produção de grande massa sonora após o horário das 22 horas. Assim como procura-se isenções fiscais para o funcionamento de Igrejas e o veto ao projeto que restringe o tempo de programação religiosa veiculada nas TVs brasileiras.

Atuando sobre esses diversos temas presentes no Legislativo, a Frente Parlamentar Evangélica procura defender os valores existentes na ética evangélica e garantir a representatividade de seu segmento dentro do Congresso Nacional.

Alguns destes temas de interesse dos evangélicos já estão tramitando no Legislativo e serão apresentados a seguir.

O Projeto de Lei número 1.151 de 1995, de autoria da então deputada Marta Suplicy, trata da união civil entre pessoas do mesmo sexo e possui a seguinte ementa: *“Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências”*. O objetivo deste Projeto de Lei é, como fica claro na ementa, regulamentar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. O projeto vem tramitando desde o ano de 1995 e está pronto para ir a Plenário. Um dos temas de forte interesse da Frente é justamente a oposição à legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Como afirma o deputado Pastor Pedro Ribeiro *“há o caso de casamento com pessoas do mesmo sexo, já, já nós vamos enfrentar esse problema outra vez. É um problema grande que vem pela frente e nesse caso, todos nós e alguns católicos fervorosos também votam contra”*.

Como já foi apresentado, outro tema de interesse dos membros da Frente Parlamentar Evangélica que está tramitando no Legislativo é o que se refere ao aborto. A FPE posiciona-se contra a legalização do aborto e o Projeto de Lei número 1.135 de 1991, de autoria do então deputado Eduardo Jorge do PT de São Paulo, está na Comissão de Seguridade Social e Família e já encontra-se pronto para pauta. Este Projeto de Lei procura suprimir o artigo 124 do Código Penal Brasileiro que caracteriza como crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. O que o Projeto de Lei 1.135 de 1991 procura, de acordo com a explicação de sua ementa, é a liberalização do aborto. Ainda referente ao tema do aborto, encontra-se também na Comissão de Seguridade Social e

Família o Projeto de Lei 5.230 de 2005. Este projeto de autoria da deputada Angela Guadagnin está pronto para pauta e, de acordo com sua ementa, *“Dá nova redação ao parágrafo único do art. 6º e ao parágrafo único do art. 9º, ambos da Lei nº 9.263, de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal”*. O projeto procura, desta forma, proibir a distribuição e a recomendação pelo SUS e a comercialização pelas farmácias de métodos anticoncepcionais emergenciais, as chamadas “pílulas do dia seguinte”. Apensado a este projeto e com o mesmo objetivo de proibir a comercialização da pílula do dia seguinte está o Projeto de Lei 5.376 de 2005, de autoria do membro da Frente Parlamentar Evangélica deputado Carlos Nader. Estes projetos interessam à FPE por realizaram uma defesa do que os evangélicos consideram “direito à vida”.

Há também o foco da Frente em várias matérias voltadas para os interesses mais específicos das Igrejas. O Projeto de Lei número 6.982 deste ano de 2006, de autoria do membro da Frente Parlamentar Evangélica Gerson Gabrielli do PFL baiano, por exemplo, *“Dispõe sobre o exercício da profissão de Ministro de Confissão Religiosa Evangélica, e dá outras providências”*. Este projeto propõe a criação de uma Confederação Brasileira de Pastores e Igrejas Evangélicas que registrará os Teólogos, Missionários, Pastores, Bispos, Apóstolos e Patriarcas. O projeto encontra-se atualmente na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aguardando a designação de um relator.

Ainda, tramita no Legislativo o Projeto de Lei número 3.968 de 1997 de autoria do então deputado do PDT catarinense Serafim Venzon que propõe a isenção dos órgãos públicos e entidades filantrópicas do pagamento de direitos autorais pelo uso de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos. Este projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e está pronto para pauta. Apensado a este, está o Projeto de Lei número 6.231 de 2005 de autoria do membro da Frente Parlamentar Evangélica deputado Cabo Júlio, do PMDB de Minas Gerais. O projeto do deputado Cabo Júlio propõe isentar as igrejas (templo de qualquer culto) do pagamento de direitos autorais; estabelecendo critérios para a cobrança dos serviços de sonorização ambiental.

Outra matéria de interesse da FPE em tramitação na Câmara dos Deputados é o Projeto de Lei número 5.901 de 2005 de autoria do membro da FPE deputado Almir Moura do PMDB do Rio de Janeiro. Este projeto procura alterar a Lei nº 10.257, de 10 de julho de

2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, para assegurar a liberdade de culto e de associação. Desta forma, de acordo com a proposta do projeto, ficaria estabelecida a inexigibilidade de Estudo de Impacto de Vizinhança para igrejas, partidos políticos e associações de utilidade pública. Este projeto está apensado ao Projeto de Lei número 7.265 de 2002 de autoria do deputado, também membro da FPE, Lincoln Portela do PSL Mineiro. O Projeto de Lei 7.265 de 2002 também propõe a exclusão da exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança para templos religiosos e encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aguardando a designação de um Relator.

Há ainda diversas outras matérias de interesse da Frente Parlamentar Evangélica, além das matérias propostas por seus próprios membros. Essa atuação demonstra a clara intenção da Frente em defender os interesses de suas Igrejas e os valores de sua religião.

Convém, novamente, esclarecer que os membros da Frente Parlamentar Evangélica possuem também uma atuação diversificada, desvinculada dos interesses específicos da Frente e voltada para vários temas e objetivos distintos, referentes aos seus partidos, suas bases e respectivos segmentos sociais. O que se apresentou aqui foram apenas algumas matérias de interesse específico da Frente Parlamentar Evangélica com a intenção de ilustrar a atuação desta Frente dentro do Legislativo.

4.4. Comportamento Político: Voto do Partido ou Voto da Frente?

Um dos aspetos fundamentais da atuação política dos membros da Frente Parlamentar Evangélica é a opção de voto referente às diversas matérias apreciadas em Plenário. Uma questão importante, dentro desta pesquisa, sobre o comportamento político dos membros da Frente é a que procura compreender em quais momentos estes parlamentares votam de acordo com seus partidos e em quais momentos, se é que eles existem, votam de acordo com a Frente Parlamentar Evangélica.

Inicialmente cabe explicitar que nem os partidos, nem as frentes parlamentares possuem mecanismos formais de determinação do voto dos parlamentares, embora possam, eventualmente, aplicar algum tipo de punição a deputados com alto grau de indisciplina (como o afastamento de determinadas comissões ou, em casos extremos, o próprio desligamento do partido). Resta, então, aos partidos e frentes parlamentares apenas

mecanismos não-formais e a simples orientação, pelas lideranças partidárias, do voto do partido. Essa orientação do voto do partido pode, ou não, ser seguida pelos parlamentares, embora estudos demonstrem que na maioria das vezes os parlamentares votam de acordo com o partido (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos e Vilarouca, 2004).

Dentre as razões para a não-determinação do voto parlamentar pelos partidos pode-se destacar a própria legislação eleitoral que define o sistema de listas abertas para os partidos em eleições proporcionais e a ausência de medidas e regras que estabeleçam a fidelidade partidária entre os parlamentares. Tais fatores acentuam os mandatos muito mais nas pessoas dos parlamentares do que nas instituições formadas pelos partidos políticos.

Sobre as migrações partidárias, Santos e Vilarouca (2004) demonstram que apenas no primeiro ano do governo Lula houveram 131 trocas de legendas entre os deputados federais.

Desta forma cabe ao próprio parlamentar a opção do voto de acordo com seu próprio critério. Cada parlamentar define seu voto com base nas indicações de seu partido, de sua(s) respectiva(s) bancada(s), ou de acordo com critérios pessoais referentes às suas bases eleitorais.

Sobre a questão partidária o deputado Adelor Vieira afirmou:

Hoje tem sido muito difícil o partido fechar questão, o partido sempre orienta, mas não há uma penalidade, está se buscando ainda na legislação fechar mais isso, trabalhar mais com questões fechadas nos partidos, mas até chegar lá ainda temos que avançar um pouco. Os partidos têm que se fortalecer, os partidos têm que ter também o compromisso com a sociedade, os seus postulados têm que ser defendidos de fato e de direito, infelizmente tem muitas coisas no estatuto do partido que são ignoradas.

E segundo o deputado Pastor Pedro Ribeiro:

Hoje somos 61, porque alguns vieram depois, deputados evangélicos. Mas somos de várias denominações diferentes. Então a doutrina, a visão, o estilo é diferente e de vários partidos diferentes. Então é natural que o deputado caminhe mais ou menos perto da bancada da sua igreja e muitas vezes perto da bancada do seu partido, então esse é o sentido normal, natural. Tem vezes em que a gente não pode juntar o grupo porque a votação, digamos, tem um problema “x” e aquela bancada - evangélica não porque todo mundo é evangélico e a Igreja vota de acordo - mas alguns não podem por causa do partido. Então nem sempre votamos integralmente em um assunto, porque

muitas vezes é uma questão em que o partido intervém e se não pesa na ética, na moral, na defesa da fé então a gente aplica.

Não havendo dispositivos legais de determinação do voto, a Frente Parlamentar Evangélica procura atuar muito mais na conscientização de seus membros do que na simples indicação de voto.

Regimentalmente a Frente não tem como aplicar sanções para que se vote em bloco conjunto uma questão fechada. Então se trabalha na conscientização. Por princípio e depois porque regimentalmente também não se pode fazer. Então você não pode obrigar uma coisa que você não tem como aplicar uma penalidade, ou excluir, e não é esse o propósito, o propósito é trabalhar focando mais na orientação, no trabalhar no conjunto na maior parte da decisão e não na unanimidade. Não se busca a unanimidade, embora na maioria das proposições a votação tenha sido unânime, mas não em todas. (Dep. Adelor Vieira).

De acordo com seus membros, a Frente Parlamentar Evangélica procura orientar as votações de seu interesse através de um trabalho de conscientização de seus integrantes. Tal trabalho inclui a realização de reuniões de discussão que contam, algumas vezes, com a presença de especialistas em temas pertinentes às votações. Após ser discutida, esclarecida e definida a posição da Frente, os parlamentares tomam suas decisões.

O partido orienta de uma forma, até porque o partido orienta e eles cumprem a orientação, preferem ficar na orientação do seu entendimento, da sua consciência e isso normalmente coincide com o que a Frente sugere. A gente discute as questões, ouve os prós e os contras, analisa, e aí cada um faz a sua opção de voto. (Dep. Adelor Vieira).

Para auxiliar a compreensão a respeito da atuação parlamentar dos membros da Frente Parlamentar Evangélica foram analisadas todas as votações nominais realizadas em Plenário na Câmara dos Deputados¹¹ durante o ano de 2004. Procurou-se com essa análise definir: o grau de disciplina partidária dos membros da Frente, as situações, se é que elas

¹¹ Dados fornecidos gentilmente pelo Núcleo de Estudos sobre o Congresso, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (NECON-IUPERJ) e coletados no *site* da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

ocorreram, em que há votação em bloco dos membros da FPE e os padrões de voto dos membros da Frente em comparação com os padrões de voto dos demais deputados.

As votações que obtiveram mais de 90% (noventa por cento) dos votos concentrados em uma única opção de voto válido (sim, não, abstenção ou obstrução) foram consideradas como consenso e retiradas da análise. As ausências não justificadas também foram consideradas, pois podem ser interpretadas como uma modalidade de voto quando os deputados optam por se ausentarem para impossibilitar que se atinja quorum, obstruindo determinada votação. *“Nos casos em que os líderes indicam obstrução e os parlamentares se ausentam do Plenário (...) a ausência atuaria com o mesmo sentido da obstrução, qual seja, evitar que se atinja o quorum mínimo para votação”* (Santos e Vilarouca, 2004:10).¹²

Também não foram considerados alguns requerimentos repetidos e votações em primeiro turno.

Esta seleção das matérias analisadas segue as mesmas diretrizes de Santos e Vilarouca (2004):

Uma votação é definida como consensual quando os líderes dos maiores partidos - PT, PFL, PMDB, PSDB, PP, PTB, PL, PSB e PDT – sinalizam a mesma indicação de voto e, ao mesmo tempo, quando não ocorre a oposição de pelo menos 10% do plenário (adaptado de Figueiredo & Limongi, 1999). Além destas foram também eliminadas da análise as votações em primeiro turno e uma série de requerimentos repetidos (em sua maioria requerimentos de retirada de pauta solicitados pela oposição com intuito de retardar os trabalhos no plenário). (Santos e Vilarouca, 2004:1).

O dispositivo utilizado pela oposição, ao qual se referem Santos e Vilarouca, para retardar os trabalhos em Plenário consiste em encaminhar requerimentos de retirada de pauta de determinadas matérias e em seguida votar pela obstrução. Dessa forma procura-se retirar o quorum impedindo a votação da matéria.

Devido ao grande número de pedidos de retirada de pauta, muitas vezes apresentados repetidamente para as mesmas matérias, procurou-se reduzir ao máximo a incidência desse tipo de requerimento em nosso universo analítico.

¹² As ausências não justificadas foram incluídas também para que houvesse critério de comparação com os estudos de Santos e Vilarouca (2005).

Das 117 votações nominais realizadas em 2004, foram excluídos os requerimentos de retirada de pauta recorrentes e a maioria das votações em primeiro turno, restando, então 62 votações. Destas, foram selecionadas as votações que não foram consideradas como consenso de acordo com os critérios apresentados acima, restando 48. As 62 votações selecionadas inicialmente são apresentadas na lista (anexo 1) ao final deste trabalho.

A tabela 1 apresenta o total das matérias votadas em Plenário durante o ano de 2004 distribuídas pelo tipo de Lei apreciada. Em seguida é apresentada a distribuição das matérias selecionadas para compor o universo de análise final desta pesquisa.

Tabela 1 - tipos de matérias votadas em Plenário

	MP	PEC	PL	PLP	Outros	Total
Total de Votações	83 (71%)	13 (11%)	8 (7%)	8 (7%)	5 (4%)	117 (100%)
Votações Selecionadas	34 (71%)	2 (4%)	4 (8,3%)	4 (8,3%)	4 (8,3%)	48 (100%)

Fonte: Banco de Dados Necon

Os números demonstram a tendência de grande concentração das matérias em Medidas Provisórias (MP), reforçando a importância do Executivo dentro da agenda legislativa. Os Projetos de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei (PL) e Projetos de Lei Complementar (PLP) representaram menos de 30% do total das votações ocorridas em 2004.

Devido ao grande número de requerimentos, emendas e outros tipos de apreciação, uma determinada Lei é sujeita a diversas votações e tramitações. A tabela 2 compara o número de votações selecionadas para esta pesquisa com o número de matérias sujeitas a estas votações, distribuídas pelo tipo de Lei.

Tabela 2 – Leis e votações selecionadas

	MP	PEC	PL	PLP	Outros	Total
Votações Selecionadas	34	2	4	4	4	48
Número de Leis Apreciadas	26	2	3	2	3	36

Fonte: Banco de Dados Necon

Um exemplo desse conjunto de votações referentes a uma mesma Lei em tramitação pode ser a Medida Provisória número 167 de 2004. A Medida, que trata da fórmula de cálculo dos proventos de aposentadoria para os servidores públicos civis e a concessão do benefício de pensão por morte, aparece em 3 votações diferentes dentro de nossa análise. Primeiramente foi votado um Requerimento de Encerramento das Discussões e Encaminhamentos, em seguida foi votada uma DVS¹³ do PFL e por fim votou-se a Redação Final da Medida.

Outro aspecto importante dentro do comportamento político dos membros da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados é a sua distribuição entre os partidos políticos. De acordo com Figueiredo e Limongi (1999) pode-se, a partir das indicações dos líderes partidários, alinhar os partidos através de um *continuum* ideológico da direita para a esquerda. Dessa forma teríamos como principais partidos de direita o PPB, o PFL e o PTB; como partidos de centro o PMDB e o PSDB; e como partidos de esquerda o PDT e o PT. Santos e Vilarouca ao analisarem os dois primeiros anos de governo Lula perceberam que este alinhamento, válido até o final do governo FHC, não apresenta mais uma grande similaridade entre as indicações de voto das lideranças partidárias. De acordo com a análise das indicações das lideranças partidárias estes autores identificaram um novo arranjo que apresenta PSDB e PFL como partidos de oposição; PMDB e PP como partidos alinhados, mas que não participam formalmente do governo; e uma coalizão de governo formada por: PT, PTB, PL, PSB, PPS, PDT e PC do B (Santos e Vilarouca, 2004).

Considerando este novo arranjo partidário dentro da Câmara dos Deputados, a tabela 3 apresenta os partidos com membros da Frente Parlamentar Evangélica e suas respectivas bancadas distribuídos de acordo com seu posicionamento em relação ao governo.

Como é possível perceber na tabela 3, mais à esquerda encontram-se os partidos da coalizão, seguidos pelos partidos alinhados com o governo, mas que não participam oficialmente da coalizão, e à direita encontram-se os partidos de oposição.

¹³ DVS significa Destaque para Votação em Separado. Através do pedido de DVS pode-se votar parte de determinada proposição separadamente.

Tabela 3 – Bancadas com membros da FPE

Gov/Opos.	Coalizão de governo							Alinhados		Oposição		TOTAL
Partidos	PT	PTB	PL/PSL	PDT	PSC	PSB	PPS	PP	PMDB	PFL	PSDB	
Bancada Média	89	52	45	12	7	19	22	54	77	63	50	490
Membros da FPE	5	10	13	1	5	2	1	1	9	8	1	56

Fonte: Câmara dos Deputados

Devido à considerável migração partidária e aos casos de renúncia e cassação de mandatos, os números da tabela 3 refletem uma média aproximada das bancadas durante todas as votações ocorridas no ano de 2004. O partido com maior número de membros da FPE é o PL que conta com 12 membros mais o voto agregado do único membro do PSL na Câmara dos Deputados, o também membro da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Mendes de Jesus. O segundo partido com maior número de deputados entre os membros da FPE é o PTB com 10 e em seguida o PMDB com 9 integrantes. Pode-se notar que a grande concentração de membros da Frente encontra-se dentro da coalizão de governo (37 parlamentares), embora haja significativa participação também dentro dos partidos de fora da coalizão e de oposição ao governo. Essa participação de membros da FPE em partidos com ideologias diversas e posicionamentos em relação ao governo que vão da coalizão à oposição torna difícil a classificação da Frente como um bloco governista, ou de oposição. Ainda, embora seja possível definir grande parte dos valores religiosos dos evangélicos como valores conservadores, seria impreciso classificar sua participação política como uma participação de caráter conservador, devido ao posicionamento de seus membros em partidos localizados em todas as posições do *continuum* direita-esquerda.

Sobre este tipo de definição, o Deputado Adelor Vieira afirma:

Não há como classificar a Frente dessa forma (conservadora ou progressista). A Frente está espalhada em todos os partidos. Veja, tem PMDB, PPS, PL, PDT, PSB, PFL, PST, PTB, PT; então todos os partidos estão representados. Tem Assembléia de Deus, Universal, Batista, Quadrangular, Luterana, Igreja da Graça, tem todos os segmentos. (Adelor Vieira).

Como forma de se identificar os níveis de disciplina partidária dos membros da Frente Parlamentar Evangélica durante o ano de 2004 foram analisados os votos de seus membros em todas as 48 votações reunidas neste estudo e comparadas com a orientação das respectivas lideranças partidárias. A tabela 4 apresenta o número de votos indisciplinados para cada votação dos membros da Frente Parlamentar Evangélica distribuídos de acordo com seus respectivos partidos. Os votos considerados indisciplinados são os que não estão de acordo com a orientação das respectivas lideranças partidárias. As votações estão codificadas como 1A, 1B, 2A, 2B, etc., por exemplo, a votação 1A refere-se à apreciação de um Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei 2.546 de 2003 (ver Anexo 1). Os quadros em branco representam que não houve voto contrário à indicação da liderança partidária.

Tabela 4 –Indisciplina partidária dos membros da FPE

Gov/Opos.	Coalizão de governo							Alinhados		Oposição		TOTAL
Partido	PT	PTB	PL/PSL	PDT	PSC	PSB	PPS	PP	PMDB	PFL	PSDB	
Bancada→ Partido	5	10	13	1	5	2	1	1	9	8	1	56
Matérias votadas ↓												
1A		1	3		2			1		3		10
1B	1	1										2
2A		2	1									3
3A		1										1
3b												0
4A		1						1				2
4B												0
5A			1					1		2		4
5B												0
6A		2	1		1	1			1			6
6B					1					1		2
7A										1		1
7B					3				1			4
8A					1				2	1	1	5
10A												0
10B								1		1		2
11B									2			2
12A									2			2
12B									4			4
13A	2	2	1			1			6	1		13
13B	2	3	2					1	4	2		14
14A									1			1
15B	1								2			3
16A									1			1

18A									2			2
18B									1			1
19A	1		2					1	5			9
19B	1		2						4			7
20A									1			1
20B			1									1
21A			3					1				4
21B								1				1
22A	1		1				1	1	3			7
22B									1			1
23A								1	1			2
24A					3				1			4
25A									1			1
25B		1				1			1			3
26B							1		4			5
27A			1								1	2
27B		1						1	1			3
28A	3		1			2			4			10
28B		1						1	5			7
29B									1			1
30A		1							3			4
30B												0
31A		2				1			1	1		5
Indisciplina Partidária (%)	5,4	4	3	0	4,6	7,3	4	27	16,2	3,4	6,2	7,3

Fonte: Banco de Dados Necon

Estes percentuais de indisciplina partidária foram calculados a partir da média de indisciplina do total das votações. Cada votação teve seu percentual de indisciplina calculado separadamente e em seguida obteve-se a média dividindo-se o valor da soma desses percentuais por 48 (número de votações analisadas). De acordo com a tabela, os partidos considerados como mais indisciplinados, entre os membros da Frente Parlamentar Evangélica, são o PP, com 27% e o PMDB com 16,2% de votos indisciplinados. No caso do PP deve-se considerar que em parte das votações o partido contou apenas com a presença de um deputado da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Luis Carlos Heinze. Em outras votações aparecem também como membros da bancada do PP os deputados André Zacharow, antes vinculado ao PDT, e Reginaldo Germano, antes vinculado ao PFL; porém na maioria das votações analisadas apenas 1 deputado votou pelo partido.

Ainda, convém destacar o baixo grau de indisciplina partidária entre os partidos: PDT, com nenhuma ocorrência de indisciplina; PL/PSL, com apenas 3% e PFL com 3,4% de indisciplina partidária entre os membros da FPE de suas bancadas. A tabela 5 apresenta

as diferenças entre os graus de indisciplina partidária dos partidos em geral em comparação com os membros da Frente Parlamentar Evangélica. Todos os dados da tabela abaixo referem-se ao ano de 2004.

Tabela 5 – diferença de indisciplina partidária

Partidos	Indisciplina total (%)	Indisciplina FPE (%)	Diferença (%)
PT	6,3	5,4	0,9
PTB	8,6	4	4,6
PL/PSL	7,3	3	4,3
PDT	9,9	0	9,9
PSC*	--	4,6	--
PSB	4,5	7,3	-2,8
PPS	9,6	4	5,6
PP	17,9	27	-9,1
PMDB	24,4	16,2	8,2
PFL	9,9	3,4	6,5
PSDB	12,7	6,2	6,5
total	11,1	7,3	3,8

Fonte: Banco de Dados Necon

*não há registro do grau de indisciplina partidária do PSC

De acordo com os dados, a diferença de indisciplina partidária entre os membros da FPE e o restante das bancadas partidárias não ultrapassa os 10%, sendo que no total a indisciplina partidária dos membros da Frente Parlamentar Evangélica é 3,8% inferior ao conjunto dos parlamentares da Câmara dos Deputados. Cabe explicitar que o cálculo da indisciplina dos partidos em geral inclui as votações dos membros da FPE. Na maioria dos casos a indisciplina foi menor entre os membros da Frente do que na totalidade das bancadas dos partidos. Apenas no PSB e no PP houve uma maior indisciplina entre os membros da FPE, porém ambos possuem poucos membros da Frente em suas bancadas, respectivamente 2 e 1 deputados (no caso do PP pode chegar a 3 dependendo do período analisado).

Os partidos com maior grau de indisciplina, tanto na totalidade da bancada quanto entre os membros da Frente, são o PP e o PMDB. Não é por coincidência que estes dois partidos apresentam este alto grau de indisciplina. PP e PMDB são justamente os dois grandes partidos que não participam oficialmente da coalizão governista e também não

PT	5				2	2	1	1	3			1
PTB	10	1	2		2	3				1	2	
PDT	1											
PPS	1											
PSL	1											
TOTAL	56	10	6	4	13	14	9	7	10	7	5	8
Votos Válidos	56	37	31	27	43	40	47	45	46	32	15	36

Fonte: Banco de Dados Necon

Os percentuais de disciplina partidária foram calculados com base nos votos válidos (apresentados na última linha da tabela). Desse modo, o número de votos válidos dos parlamentares evangélicos variou de votação para votação de acordo com o número de ausências. Embora tenham ocorrido onze votações com disciplina partidária inferior aos 85%, em apenas uma votação houve um percentual de votos concentrados superior a 80% entre os membros da FPE, como será apresentado na próxima tabela.

A tabela 7 apresenta os votos dos membros da Frente Parlamentar Evangélica nas votações selecionadas acima. Os votos estão distribuídos nas 4 opções válidas de voto (sim, não, abstenção e obstrução). As ausências justificadas não foram contabilizadas.

Tabela 7 – Opções de voto dos membros da PFE

Opção de voto	1a	6a	7b	13a	13b	19a	19b	28a	28b	31a	31b
Sim (%)	75,6	32,3	85,2	58,1	62,5	42,5	35,5	65,2	15,6	0	50
Não (%)	2,7	64,5	0	20,9	27,5	57,5	62,3	30,4	46,9	33,3	47,2
Abstenção (%)	2,7	3,2	0	4,7	2,5	0	0	4,4	3,1	6,7	0
Obstrução (%)	18,9	0	14,8	16,3	7,5	0	2,2	0	34,4	60	2,8

Fonte: Banco de Dados Necon

Pela tabela 7 é possível perceber que dificilmente ocorre uma concentração de voto superior a 80%. Apenas na votação 7b (Parecer pela Inadequação Financeira da Medida Provisória número 161 de 2004) ocorreu uma concentração superior a 80% no voto “sim”.

Porém, assim como ocorreu nas outras votações, os percentuais de voto nessas matérias esteve muito próximo do percentual de votos válidos da totalidade dos parlamentares da Câmara dos Deputados. A tabela 8 apresenta os votos dos membros da FPE em comparação com o total de votos dos parlamentares para as matérias selecionadas.

Convém esclarecer que os votos totais foram calculados incluindo os votos dos membros da FPE.

**Tabela 8 – Comparação dos votos dos membros da PFE
com o total dos parlamentares**

(%)	1a	6a	7b	13a	13b	19a	19b	28a	28b	31a	31b
Sim	78,7	31,7	84,1	59,2	63	38	39,7	62,8	7,4	0,5	32,4
Sim(FPE)	75,6	32,3	85,2	58,1	62,5	42,5	35,5	65,2	15,6	0	50
Não	4,2	68	10,2	21,5	20,3	60,6	57,6	36,2	59,6	49,7	66,4
Não(FPE)	2,7	64,5	0	20,9	27,5	57,5	62,3	30,4	46,9	33,3	47,2
Abstenção	0,8	0,3	0,9	5,2	2,6	1,4	2,5	1	1,4	7	0,6
Abstenção(FPE)	2,7	3,2	0	4,7	2,5	0	0	4,4	3,1	6,7	0
Obstrução	16,2	0	4,8	14,1	14,1	0	0,2	0	31,6	42,8	0,6
Obstrução(FPE)	18,9	0	14,8	16,3	7,5	0	2,2	0	34,4	60	2,8

Fonte: Banco de Dados Necon

A proximidade entre os percentuais de voto dos membros da FPE e do conjunto dos parlamentares, juntamente com a ausência de concentração de votos dos membros da FPE em uma única opção de voto, sugere uma atuação política, durante as votações, muito mais voltada para os partidos do que para a Frente Parlamentar Evangélica propriamente dita.

Desta forma, a atuação da FPE parece estar muito mais voltada para a discussão e esclarecimento das matérias, a apresentação de propostas e a votação em matérias muito específicas, do que para uma mobilização no sentido de se votar em bloco um conjunto considerável de matérias.

Sobre a matéria que obteve concentração de voto superior a 80% entre os membros da FPE, a Medida Provisória número 161 de 2004, que trata da reforma tributária, não parece ser um tema de interesse específico da Frente, embora possa ser de interesse dos deputados individualmente. De acordo com sua Ementa, o projeto:

Acresce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Acresce o art. 1º-A e 1º-B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus

derivados, e álcool etílico combustível - (Cide), e dá outras providências. (Fonte: câmara dos Deputados).

A explicação da ementa esclarece que o projeto pretende estabelecer:

a repartição de receita da CIDE - Combustível , destinando 25% (vinte e cinco por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, a ser aplicado em programas de infra - estrutura de transportes, proporcionalmente à extensão da malha viária federal e estadual pavimentada. Regulamentando o disposto no artigo 159, inciso III da Emenda à Constituição nº 42, de 2003 (Reforma Tributária). (Fonte: câmara dos Deputados).

Não foi citado nas entrevistas, nos comunicados, discursos e publicações da FPE qualquer interesse específico da Frente nesse tipo de matéria. Isto sugere que a alta concentração de votos, apesar da relativa baixa disciplina partidária, reflete muito mais a tendência, motivada por fatores que não puderam ser identificados neste trabalho, da totalidade dos parlamentares em votar “sim” do que uma mobilização de interesse específico da FPE. Convém lembrar que essa votação pelo parecer de inadequação financeira da MPV 161/2004 obteve 84,1% de votos “sim” da totalidade da Câmara e 85,2% da mesma opção de voto entre os membros da FPE.

Como foi apresentado acima, a atuação dos membros da Frente Parlamentar Evangélica em votações nominais ocorridas em Plenário no ano de 2004 parece estar muito mais voltada para a indicação de suas lideranças partidárias do que para algum tipo de mobilização da Frente. Um indicador deste fato é o índice de 92,7% de disciplina partidária entre os membros da Frente nas 48 votações analisadas. Porém, como também foi apresentado acima, a atuação política dos membros da Frente Parlamentar Evangélica vai além das votações em Plenário. Reuniões de discussão e conscientização política, apresentação de projetos e acompanhamento de matérias específicas também fazem parte da atuação da Frente dentro da Câmara dos Deputados.

Conclusões

Passadas duas décadas desde o início de sua atuação dentro do Legislativo, percebe-se um crescimento inegável da representatividade dos evangélicos dentro do espaço político brasileiro. Esta representatividade relaciona-se com o próprio crescimento no número de evangélicos em todo o Brasil. Atualmente este segmento religioso representa mais de 15%¹⁴ da população brasileira e, assim como diversos outros segmentos, sentem a necessidade de representação dentro do espaço político.

Contribuem para com o processo de representatividade dos evangélicos no espaço político as próprias modificações pelas quais passaram as igrejas evangélicas. De uma postura absolutamente voltada para o aspecto religioso e avessa a questões políticas, na primeira metade do século XX, os evangélicos passaram a uma postura de atuação política de defesa de seus interesses ao final deste mesmo século XX. Essa modificação na postura das igrejas ocorreu atrelada a uma série de modificações pelas quais passou a própria sociedade brasileira. A modernização e urbanização do início do século XX que levou à formação de um operariado desprovido de direitos básicos nas grandes cidades; os períodos de regimes autoritários que impossibilitavam o estabelecimento de uma cultura democrática e partidária; o surgimento dos meios de comunicação de massa vinculados ao projeto, da ditadura dos anos 60 e 70, de integração nacional (Ortiz, 2001); o estabelecimento da política neoliberal e de um capitalismo de mercado após o último período militar; e a própria retomada do sistema democrático representativo a partir da década de 1980 foram fatores que atuaram sobre as igrejas evangélicas moldando suas atuais configurações.

Além das modificações por que passaram as igrejas evangélicas, os fatores acima também contribuíram para o não-fortalecimento dos partidos políticos e a formação de grandes massas de população carente e sub-representada. Como foi apresentado neste trabalho, todos estes fatores atuando conjuntamente possibilitaram o crescimento, a expansão, a diversificação e a inserção dos grupos evangélicos dentro do espaço político.

Em um Estado laico e com uma democracia representativa, criam-se as condições para a representação de segmentos religiosos, como os evangélicos, por exemplo, dentro

¹⁴ O percentual exato de evangélicos entre a população brasileira, de acordo com o Censo 2000, é de 15,4%.

dos poderes Legislativos e Executivos. Esta situação permite-nos concluir que, de fato, a opção religiosa é uma variável realmente significativa em uma disputa eleitoral, principalmente quando se trata de eleições proporcionais, onde o princípio da representação da população como um todo é almejado. O percentual de membros da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados aproxima-se de 10% do total de membros da Casa. Se pensarmos que do total da população brasileira aproximadamente 15% são evangélicos, então o princípio da representatividade está sendo realizado no que se refere a este segmento religioso. Deste modo, não se pode desconsiderar a importância da opção religiosa nos pleitos eleitorais, pois uma importante parcela da população atribui peso a este fator no momento da decisão do voto, embora este não seja o único critério de escolha.

A formação de uma Frente Parlamentar Evangélica dentro do Congresso Nacional demonstra não só a importância deste segmento, como também o seu poder de mobilização e organização. Como foi apresentado, a Frente atua de diversas formas dentro do Legislativo, buscando defender seus interesses e valores sociais. Esta atuação, de certa forma, pode ser entendida como um movimento circular que beneficia e fortalece as igrejas, pois as igrejas enviam seus representantes ao Legislativo e esses representantes procuram atuar em benefício das igrejas, as igrejas fortalecem-se com os benefícios conquistados por seus representantes e acentuam sua atuação proselitista no sentido de conseguir mais adeptos; com mais adeptos e mais fortalecidas as igrejas procuram se expandir e aumentar o seu número de representantes dentro do Legislativo para que esses representantes possam atuar com maior vigor na defesa de interesses das igrejas, e assim por diante. Este fenômeno ocorre devido, entre outros fatores, à adequação das igrejas a uma economia de mercado, ao seu princípio proselitista, à sua atuação entre as camadas menos favorecidas da sociedade e ao seu poder de organização. A adequação de boa parte das igrejas evangélicas, principalmente pentecostais e neopentecostais, ao atual momento social, político e econômico brasileiro foi de tal forma bem sucedida que permitiu esta considerável atuação, inclusive dentro dos espaços políticos.

Mesmo estando organizados e procurando atuar em favor de seus interesses, no que se refere às votações nominais em Plenário, os membros da Frente Parlamentar Evangélica raramente atuam como um bloco fechado. Como foi visto nos dados referentes a votações nominais no ano de 2004, as opções de voto dos membros da Frente estão muito mais

voltadas para a orientação partidária do que para uma mobilização dos evangélicos. Deste modo é possível perceber que a atuação da Frente Parlamentar Evangélica se realiza muito mais em trabalhos de conscientização, em propostas de leis e em acompanhamento de tramitações do que em votações nominais propriamente ditas e o índice de 92,7% de disciplina partidária entre os membros da Frente é um indicador desta afirmação, até mesmo porque a grande amplitude de partidos presentes na Frente Parlamentar Evangélica - que vai desde partidos de esquerda até partidos de direita e engloba partidos de governo e de oposição - dificultaria uma atuação em bloco dos seus membros em votações nominais. Porém, deve-se considerar a limitação dos dados utilizados, que referem-se apenas a um ano de atuação legislativa da FPE e não contêm um número significativo de votações de interesse declarado da Frente. Talvez em votações de matérias mais vinculadas aos interesses específicos da Frente Parlamentar Evangélica o comportamento destes parlamentares possa ser mais determinado pela identificação religiosa do que pela orientação partidária. A continuidade de um estudo nesse sentido pode esclarecer melhor esta questão.

Considerando os aspectos referentes à inserção e à atuação dos evangélicos dentro do espaço político, cabem algumas considerações finais. Cientistas sociais e políticos, diversos segmentos da mídia, grupos intelectuais vinculados a várias denominações religiosas, entre outros, têm estudado, criticado e elogiado esta relação dos evangélicos com a política. Os elogios voltam-se para a defesa de valores mais conservadores referentes à família e aos bons costumes. Esses valores manifestam-se através da condenação ao aborto, à legalização das drogas, à união civil entre pessoas do mesmo sexo e através das políticas de recuperação de dependentes químicos, de alfabetização e de fortalecimento das igrejas. Os estudos vêm focando o comportamento eleitoral dos evangélicos, o comportamento político da Frente Parlamentar Evangélica, a atuação proselitista das igrejas, os benefícios conquistados junto aos Legislativos e a acumulação de capital das diversas denominações evangélicas. E os principais críticos voltam-se para os perigos de uma institucionalização dos valores conservadores de uma parcela da população, para as ações de beneficiamento das igrejas através de sua participação política e, principalmente, para a possibilidade de uma retração do Estado secularizado através do fortalecimento de um segmento religioso dentro do espaço político.

De tudo o que vem sendo discutido o que se pode destacar dentro do processo que envolve evangélicos e política é, na verdade, um fortalecimento da noção de democracia representativa. A inclusão organizada de determinado segmento da sociedade no espaço político demonstra a realização de representatividade deste segmento. Seria exagerado pensar em uma retração da secularização a partir do fenômeno evangélico, pois para que realmente ocorra essa retração seria necessário algum grau de determinação da esfera religiosa sobre a esfera política. Os evangélicos, por mais que atuem organizadamente dentro do Legislativo, estão longe de determinar as ações políticas de acordo com sua “visão de mundo”. Estão muito mais próximos de suas respectivas bancadas partidárias do que da Frente Parlamentar Evangélica e atuam de modo bastante específico dentro do espaço político. Sem entrar em questões valorativas referentes à relação entre evangélicos e política, a atuação dos parlamentares evangélicos aparenta aproximar-se muito mais da representação de um segmento social do que de uma contaminação do político pelo religioso, embora não se possa desconsiderar os projetos voltados para a conquista de benefícios específicos para as igrejas e a realização de cultos religiosos dentro do espaço político, o que sugere algum grau de deslocamento de uma esfera privada para a esfera pública.

Por fim, cabe destacar a importância de um Estado laico e de uma democracia representativa - mesmo com todos os problemas que estes apresentam no caso brasileiro - onde a organização de determinado segmento pode concretizar-se em realizações políticas e onde as demandas de determinado segmento religioso podem ser apresentadas e discutidas de modo republicano. O que permanece, então, como uma questão inevitável é saber até que ponto um segmento religioso deve, ou pode, fazer-se representar no espaço político de um Estado laico, onde o *locus* da religião é, por princípio, a esfera privada.

Listas e Abreviaturas

Anexo 1 - Códigos das Votações

- 1a - PL nº 2546/03 (Requerimento de urgência)
- 1b - PL nº 2401/03 (Requerimento de urgência)
- 2a – MPV nº 136/03 (Parecer pela admissibilidade)
- 2b - PDL nº 13/2003 (Projeto)
- 3a – MPV nº 146/03 (Requerimento – Preferência)
- 3b – MPV nº 144/03 (requerimento de encerramento das discussões)
- 4a - MPV nº 144/03 (Parecer pela Admissibilidade)
- 4b – Requerimento de Preferência para MPV nº 147/03, MPV nº 150/03
- 5a – MPV nº 140/03 (DVS – PSDB – Emenda nº 4)
- 5b – MSG nº 62/04 (Requerimento de Urgência)
- 6a – MPV nº 141/03 – PLV nº 7/04 do Senado Federal
- 6b – MPV nº 148/03 (Requerimento de Preferência para Medida Provisória)
- 7a – MPV nº 154/03 (Parecer pela Admissibilidade)
- 7b – MPV nº 161/04 (Parecer pela Inadequação Financeira)
- 8a – MPV nº 147/03 (Requerimento de Adiamento da Discussão)
- 8b – PEC nº 254/00 (segundo turno)
- 9a – PEC nº 575/98 (segundo turno)
- 9b – PEC nº 228/04 (primeiro turno)
- 10a – MPV nº 165/04 (Requerimento de Encerramento da Discussão e Encaminhamentos)
- 10b – MPV nº 168/04 (Parecer do Relator pela Admissibilidade)
- 11a - PEC nº 228/04 (segundo turno)
- 11b – MPV nº 160/03 (Requerimento de Encerramento da Discussão e Encaminhamentos)
- 12a – MPV nº 153/03 (Requerimento de Encerramento da Discussão e Encaminhamentos)

- 12b – MPV nº 167/04 (Requerimento de Encerramento da Discussão e encaminhamentos)
- 13a – MPV nº 167/04 (DVS PFL – Artigo 6º PLV)
- 13b – MPV nº 167/04 (Redação Final)
- 14a – MSG nº 205/04 (Requerimento de Urgência)
- 14b - MSG nº 411/03 (Requerimento de Urgência)
- 15a – PL nº 3476/04 (Requerimento de Urgência)
- 15b – MSG nº 205/04 (Requerimento de Urgência)
- 16a – MSG nº 210/04 (Requerimento de Urgência)
- 16b – PEC nº 574/02 (Requerimento de Encerramento da Discussão)
- 17a - PEC nº 574/02 (Emenda aglutinativa Substitutiva de Plenário)
- 17b - PEC nº 574/02 (Segundo Turno)
- 18a – PLP nº 76/03 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 18b – PL nº 2399/03 (Requerimento de Adiamiento da Discussão)
- 19a – MPV nº 182/04 (Projeto de Lei de Conversão)
- 19b – MPV nº 182/04 (DVS PSDB – Emenda nº 56)
- 20a –MPV nº 177/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 20b – MPV nº 177/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 21a – MPV nº 183/04 (Destaque e Inciso 4 da Emenda nº 1)
- 21b – PL nº 2399/03 (DVS PFL – Emenda nº 17)
- 22a – MPV nº 182/04 (Projeto de Lei de Conversão do Senado Federal)
- 22b – MPV nº 183/04 (Requerimento de Encerramento da Discussão)
- 23a – MPV nº 191/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 23b - MPV nº 192/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 24a – MPV nº 196/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 24b - MPV nº 198/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 25a – MPV nº 198/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 25b – MPV nº 198/04 (DVS PFL – Emenda 1)
- 26a - MPV nº 200/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 26b – MPV nº 200/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 27a – MPV nº 201/04 (Projeto de Lei de Conversão)

- 27b – MPV nº 206/04 (DVS PSDB – Artigo Número 22 do PLV)
- 28a – MPV nº 207/04 (Parecer do Relator pela Admissibilidade)
- 28b – MPV nº 219/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 29a - MPV nº 219/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 29b – PLP nº 72/03 (Artigo nº 174 Inciso 1)
- 30a – PLP nº 72/03 (DVS PSB/PCdoB – Artigo nº 186)
- 30b – PLP nº 72/03 (DVS PFL – Expressão “e às autoridades”)
- 31a – PEC nº 285/04 (Requerimento de Retirada de Pauta)
- 31b – PEC nº 227/04 (DVS nº 1 PTB – Inciso XI, Alínea “a” e “e”)

Anexo 2 - Ementas das Votações

PL nº 2399/03

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, e dá outras providências.

PL nº 2401/03

Ementa: Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Nova Lei de Biossegurança.

PL nº 2546/03

Ementa: Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da Administração Pública.

Explicação da Ementa: Autorizando a União a integralizar recursos em Fundo Fiduciário de Incentivo a contratos de Parcerias Público - Privada - PPP.

PL nº 3476/04

Ementa: Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Criando a modalidade de licitação denominada "chamada pública" a ser regulamentada; estabelecendo normas para estímulo ao inventor independente.

MPV nº 136/03

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.

Explicação da Ementa: Autorizando o CADE a contratar por prazo determinado pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

MPV nº 140/03

Ementa: Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, e dá outras providências.

MPV nº 141/03

Ementa: Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Explicação da Ementa: Autorizando a renegociação dos saldos devedores do crédito educativo alienados às instituições financeiras e os dos contratos cujos aditamentos ocorreram após 31 de maio de 1999.

MPV nº 144/03

Ementa: Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Medida Provisória do Setor Elétrico.

MPV nº 146/03

Ementa: Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Criando a carreira do Seguro Social e a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS.

MPV nº 147/03

Ementa: Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Instituinto no âmbito do MEC a Comissão Nacional de Orientação da Avaliação - CONAV e a Comissão Nacional de Avaliação e Progresso de Ensino Superior - CONAPES; extinguindo o Exame Nacional de Cursos (Provão).

MPV nº 148/03

Ementa: Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Explicação da Ementa: Medida Provisória dos Planos de Saúde.

MPV nº 150/03

Ementa: Altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelecendo a competência do Ministério das Cidades para a gestão do Programa de Arrendamento Residencial e sua operacionalização pela CEF.

MPV nº 153/03

Ementa: Institui a Taxa de Avaliação "in loco" das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação e dá outras providências.

MPV nº 154/03

Ementa: Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Permitindo que a FIOCRUZ distribua medicamentos nas denominadas "Farmácias Populares".

MPV nº 160/03

Ementa: Dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

MPV nº 161/04

Ementa: Acresce o art. 1º - A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Acresce o art. 1º - A e 1º - B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - (Cide), e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelecendo a repartição de receita da CIDE - Combustível, destinando 25% (vinte e cinco por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, a ser aplicado em programas de infra-estrutura de transportes, proporcionalmente à extensão da malha viária federal e estadual pavimentada. Regulamentando o disposto no artigo 159, inciso III da Emenda à Constituição nº 42, de 2003 (Reforma Tributária).

MPV nº 165/04

Ementa: Dispõe sobre o contrato de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Água, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e dá outras providências.

MPV nº 167/04

Ementa: Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.783, de 28 de janeiro de 1999, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Determinando a fórmula de cálculo dos proventos de aposentadoria para os servidores públicos civis e a concessão do benefício de pensão por morte; dispondo sobre a contribuição dos entes federados aos respectivos regimes próprios de Previdência Social; fixando a alíquota da contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas em 11% (onze por cento) e o prazo de exigibilidade; estabelecendo o INPC como indexador dos salários - de - contribuição do cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; condicionando a dedução do Imposto de Renda relativa à contribuição para entidade de previdência complementar privada e para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI ao recolhimento para a Previdência Social Oficial; regulamentando dispositivos da Reforma da Previdência da nova Constituição Federal.

MPV nº 168/04

Ementa: Proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas "caça-níqueis", independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências

MPV nº 177/04

Ementa: Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Criando o Sistema Eletrônico de Controle de Arrecadação do AFRMM, o MERCANTE, interligando-o ao SISCOMEX; dispondo sobre cobrança de Taxa de Utilização do MERCANTE. Alterando as Leis nºs 9.432, de 1997 e 10.849, de 2004.

MPV nº 182/04

Ementa: Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Fixando o valor do salário mínimo em R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

MPV nº 183/04

Ementa: Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários classificados no Capítulo 31 da NCM, e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários classificados e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Extinguindo o crédito presumido, atribuído à agroindústria e aos cerealistas, relativamente às aquisições feitas de pessoas físicas. Alterando as Leis nºs 10.637, de 2002; 10.833, de 2003 e 10.865, de 2004.

MPV nº 191/04

Ementa: Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e acrescenta a alínea "f" ao inciso I do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõem sobre importações de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica e suas respectivas isenções ou reduções de impostos. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 8.010, de 29 de março de 1990 e 8.032, de 12 de abril de 1990, para estender a cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica; e faculta a inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, das pessoas jurídicas que especifica.

MPV nº 192/04

Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 5º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a forma de pagamento das indenizações decorrentes de acordos judiciais, acrescenta os §§ 7º, 8º e 9º ao mesmo artigo, dispondo sobre a forma de pagamento dos imóveis rurais pela modalidade de aquisição por compra e venda, e dá outras providências.

MPV nº 196/04

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, no valor de R\$ 86.080.000,00 para os fins que especifica.

MPV nº 198/04

Ementa: Altera dispositivos das Leis nºs 10.404, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, 10.483, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da Administração Pública Federal, 10.882, de 9 de junho de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e da Gratificação

Temporária de Vigilância Sanitária, institui a Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho - GESST, e dá outras providências.

MPV nº 200/04

Ementa: Dispõe sobre o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH. **Explicação da Ementa:** Revogando a Medida Provisória nº 2.212, de 2001.

MPV nº 201/04

Ementa: Autoriza a revisão dos benefícios previdenciários concedidos, com data de início posterior a fevereiro de 1994, e o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica.

Explicação da Ementa: Fixando o teto de 60 (sessenta) salários mínimos para correção do benefício de aposentados e dependentes. Revogando o artigo 43 da Lei nº 10.865, de 2004 e prorrogando até 31 de julho de 2005 o prazo de que trata o artigo 89 da Lei nº 10.833, de 2003.

MPV nº 206/04

Ementa: Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais, institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais, institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Medida Provisória do Pacote Tributário.

MPV nº 207/04

Ementa: Altera disposições das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 9.650, de 27 de maio de 1998.

Explicação da Ementa: Concedendo ao Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) o "status" de Ministro de Estado. Alterando a Lei nº 10.869, de 2004. Atribuindo competência ao Técnico do Banco Central para executar e supervisionar atividade de segurança institucional, podendo conduzir veículos e portar arma de fogo.

MPV nº 219/04

Ementa: Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS não-cumulativas, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Alterando as Leis nº 10.522, de 2002 e 9.430, de 1996 (Lei nº 10.833, de 2003) e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, que obriga as empresas envasadoras de água mineral a instalar medidores de vazão e condutivímetros.

MSG nº 411/03

Ementa: Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003.

Explicação da Ementa: Convenção Internacional Antitabagista.

MSG nº 62/04

Ementa: Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Assis Brasil e Inãpari, concluído em Lima, em 30 de setembro de 2003.

MSG nº 205/04

Ementa: Submete à consideração de Vossas Excelências, a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, relativa ao envio de contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

MSG nº 210/04

Ementa: Submete à Câmara dos Deputados, nos termos da Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, Exposição de Motivos relativa à ampliação do contingente brasileiro para a Missão de Apoio das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMISSET).

PLP nº 72/03

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168 da mesma Lei. **Explicação da Ementa:** Alterando os critérios de parcelamento e preferência do crédito tributário, especialmente, no que diz respeito à falência e à recuperação judicial.

PLP nº 76/03

Ementa: Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação. NOVA EMENTA: Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Regulamentando a nova Constituição Federal.

PEC nº 575/98

Ementa: Altera o inciso IV, do Artigo 20 da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Excluindo dos bens da União ou dos Estados, as ilhas oceânicas ou costeiras que integram território de município; alterando a nova Constituição Federal.

PEC nº 254/00

Ementa: Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Explicação da Ementa: Alterando e nova Constituição Federal..

PEC nº 574/02

Ementa: Altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Estabelecendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar os percentuais já fixados relativos à receita corrente líquida do Município, definida em lei complementar. Alterando a nova Constituição Federal.

PEC nº 227/04

Ementa: Altera os artigos 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: PEC Paralela - Alterando a Emenda Constitucional nº 41, de 2003 - Reforma da Previdência ou Previdenciária.

PEC nº 228/04

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Dispondo sobre a tributação do ICMS que terá alíquotas uniformes em todo o Território Nacional, em número máximo de cinco, cobradas no Estado de origem, aprovadas por Resolução do Senado Federal, dentre outras modificações. Alterando a nova Constituição Federal, incluindo a Emenda à Constituição nº 42, de 2003 - Reforma Tributária. (Texto oriundo do desmembramento da PEC nº 74 /03, no Senado (PEC 74-A/03-SF), correspondente a PEC nº 41/03, na Câmara). NOVA EXPLICAÇÃO DE EMENTA: Aumenta o percentual de partilha da CIDE - Combustível para 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal.

PEC nº 285/04

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC 255 / 04, contendo os arts. 22, VIII, 34, V, c, 36, V, 61, § 3º; 100, § 1º, 105, III, d, 149-A, parágrafo único, 150, § 6º; 152-A, 153, § 3º, V; 155, § 2º, II, c, IV, a, b, V, a, b, c, d, e, VI, a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, VII, a, b, c, d, VIII, IX, a, c, X, e, XI, XII, a, b, f, g, h, i, j, l, m, n, o, XIII, a, b, c, d, e, § 7º, I, II, 158, III, 17 constantes do art. 1º, os arts. 95, 96, parágrafo único I, II, III e 97 constantes do art. 2º, que trata do Ato das Disposições Transitórias, a integra dos arts. 3º, 8º e 9º).

Explicação da Ementa: Alterando a nova Constituição Federal. (Desmembramento da PEC nº 255, de 2004 que é parte desmembrada remanescente da PEC nº 228, de 2004, esta última originada da PEC nº 41, de 2003).

Anexo 3 - Partidos Políticos na Câmara dos Deputados

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)

PT (Partido dos Trabalhadores)

PFL (Partido da Frente Liberal)

PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)

PP (Partido Progressista)

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)

PL (Partido Liberal)

PSB (Partido Socialista Brasileiro)

PDT (Partido Democrático Trabalhista)

PPS (Partido Popular Socialista)

PCdoB (Partido Comunista do Brasil)

PV (Partido Verde)

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade)

PSC (Partido Social Cristão)

PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional)

PRB (Partido Republicano Brasileiro)

PTC (Partido Trabalhista Cristão)

Bibliografia

- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1985.
- _____. *Rumor de anjos*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERMAN, Marshal, *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas. Volume X, nº 2, Outubro, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BURITY, J. Religião e cultura cívica: onde os caminhos se cruzam? . *Trabalho apresentado nas IX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*. Rio de Janeiro. Disponível no site <http://www.fundaj.gov.br/docs/texts/jburity09.doc>, 1999.
- CAILLOIS, Roger. *O homem e o sagrado*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.
- CAMPOS, Leonildo. Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. *Cadernos Adenauer, Eleições e Partidos*, ano IV, nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- CAMPOS Jr., Luís de Castro. *Pentecostalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro/Florianópolis: FGV/EDUFSC, 2002.
- CONRADO, F. C. Cidadãos do Reino de Deus – Representações, práticas e estratégias eleitorais. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS, Rio de Janeiro, 2000.
- CORADINI, O. L. Em nome de Quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro. Relume Dumará; UFRJ, Núcleo de Antropologia Política. *Coleção Antropologia da Política 11*, 2000.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan. *Dicionário das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *O mito do eterno retorno*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1993.
- _____. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FONSECA, A. B. “O Poder eleitoral da mídia evangélica”. *Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia*, São Paulo, Setembro, 1998.
- FRESTON, P. “Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment”. *Tese de Doutorado*, São Paulo, Unicamp, 1993.
- FRIDMAN, Luis Carlos. Pós-modernidade: sociedade da imagem, e sociedade do conhecimento. *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, 1999, vol.6, no.2, p.353-375.
- GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- KUSCHNIR, Karina. Eleições e representação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Relume Dumará, *Coleção Antropologia da Política – Núcleo de Antropologia Política*, 2000.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Além da religião. *Cadernos CERU*, Série 2- nº12, USP, São Paulo, p.139-150, 2001.
- _____. *Carismáticos e Pentecostais*. Campinas/SP: ANPOCS, 1996.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 3, Nº 1, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.

MARTINS, P. Línguas de fogo sobre o Congresso: Os pentecostais na Constituinte. *Dissertação de Mestrado*, Ciência Política e Relações Internacionais, UnB, Brasília: 1994.

MATHER, George A; NICHOLS, Larry A. *Dicionário de Religiões, Crenças e Ocultismo*. São Paulo: Vida, 2000.

MIRANDA, Júlia. “O jeito cristão de fazer política.” In: BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, M. (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

NOVAES, R. R. “Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens” In: FRIDMAN, Luiz (org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro. Relume Dumará: ALERJ, pp.: 63-97, 2002.

ORO, Ari P. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, ano 2 - nº 3. Porto Alegre, UFRGS, 2001.

_____. A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Oct. 2003, vol.18, no.53, p.53-69.

_____. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. *Debates do NER*, ano 5 - nº 6. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OTTO, Rudolf. *O sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1992.

PEDDE, Valdir. A percepção dos fiéis pentecostais quanto ao envolvimento de suas denominações na atividade política. *Debates do NER*, ano 5 - nº6. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

PIERUCCI, A e PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo, Hucitec, 1996.

- PIERUCCI, A. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, Nº 37. São Paulo: ANPOCS, 1998.
- PIQUET, L. “Cultura cívica e participação política entre evangélicos”. In: Fernandes, R.C. (1998). *Novo nascimento*. Rio de Janeiro, ISER/Mauad, 1998.
- RIBEIRO, R. “Religião e política no Brasil contemporâneo”. In: FRIDMAN, Luiz (org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro. Relume Dumará: ALERJ, pp.: 99-110, 2002.
- ROLIM, Francisco. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.
- _____. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- ROSENDAHL, Zeny. *Espaço sagrado*. Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, 1996.
- SANTOS, Fabiano e VILAROUCA, Márcio G. Relatório Primeiro Ano do Governo Lula: Alinhamento partidário, trocas de legenda e (in)disciplina partidária. *Relatório Necon/Iuperj*, 19 p. 2004.
- _____. Relatório Segundo Ano do Governo Lula. *Relatório Necon/Iuperj*, 4 p. 2005.
- SANTOS, Márcio. Tribunos do povo, servos de deus. *Dissertação de Mestrado*, PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- SARTORI, Giovanni. *La Sociedad Multiétnica Pluralismo, multiculturalismo y extranjero*. Madrid: Taurus Pensamiento, 2^a / mayo de 2001.
- SEMAN, P. A Igreja Universal do Reino de Deus: um ator e suas costuras da sociedade brasileira contemporânea. *Debates do NER*, ano 2-nº3. Porto Alegre, UFRGS, (2001).
- SMITH, Anthony D. *Nações e nacionalismo numa era global*. Caeiras/ Portugal: Celta Editora, 1999.
- TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- TUPYNAMBÁ, José Paulo. Neopentecostais e a rede de televisão: Um estudo sobre os interesses e as estratégias utilizadas pelos dirigentes da Igreja Universal do Reino

de Deus no comando da Rede Record de televisão. *Dissertação de Mestrado*, Faculdade de Comunicação/UnB. Brasília, 1999.

VAN GENNEP, Arnold. *The rites of passage*. London: Routledge & Kegan Paul, 1960.

VIANNA, Luiz W. O devoto dos votos. *Entrevista concedida ao jornalista Marcos Sá Corrêa* e divulgada no site <http://www.no.com.br>, Setembro 18, 2001.

WALZER, Michael. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEBER, Max. “As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”. In: *Ensaaios de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. “Sociologia da religião”. In: *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WOOD, Ellen M.; Modernidade, Pós-Modernidade ou Capitalismo? *Capitalism and the Information Age*, New York: Monthly Review Press, 1998, e/ou *Monthly Review*, vol. 48, n. 3, 1996, July/August, p. 21-39, (mimeo; tradução adaptada).